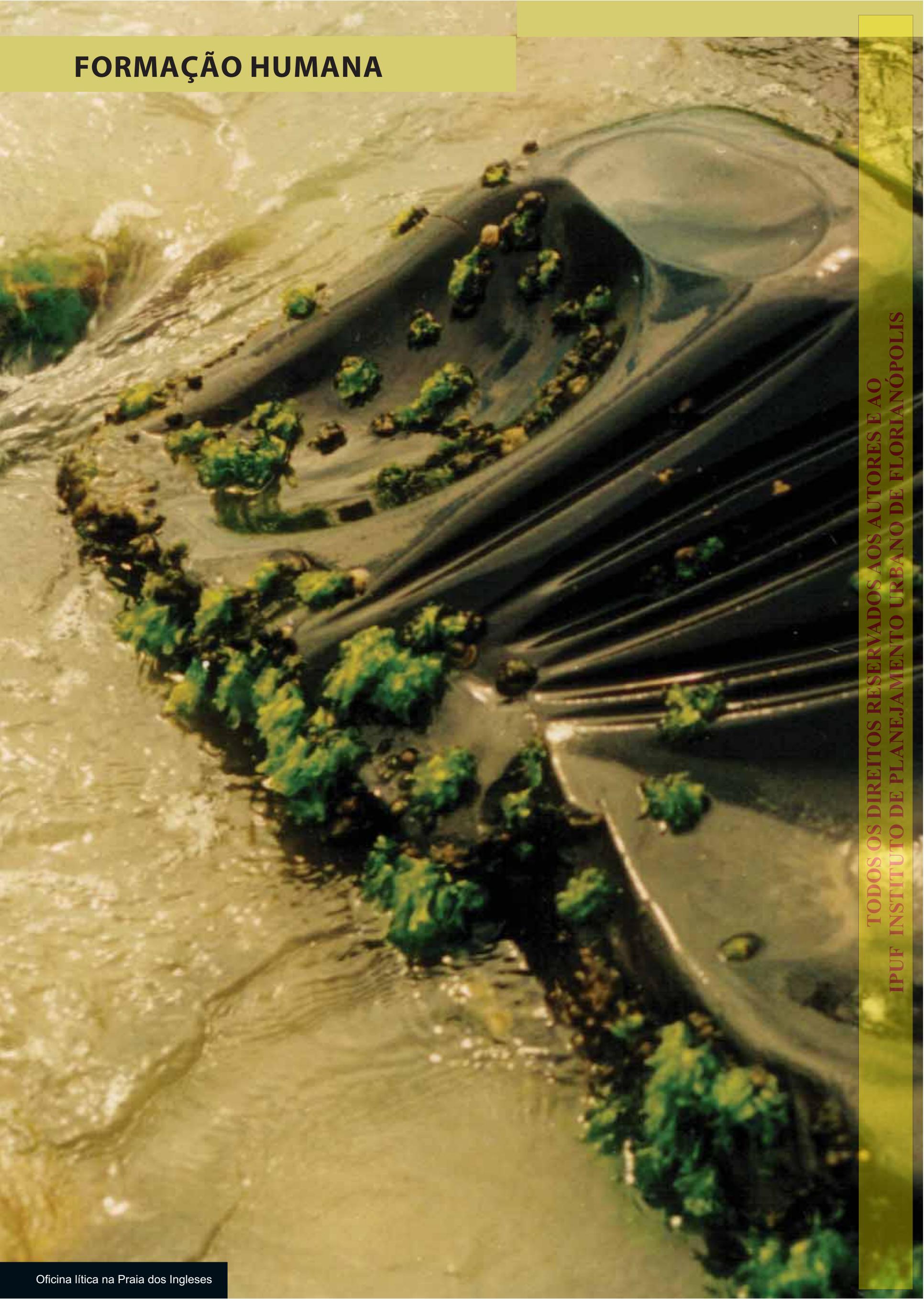
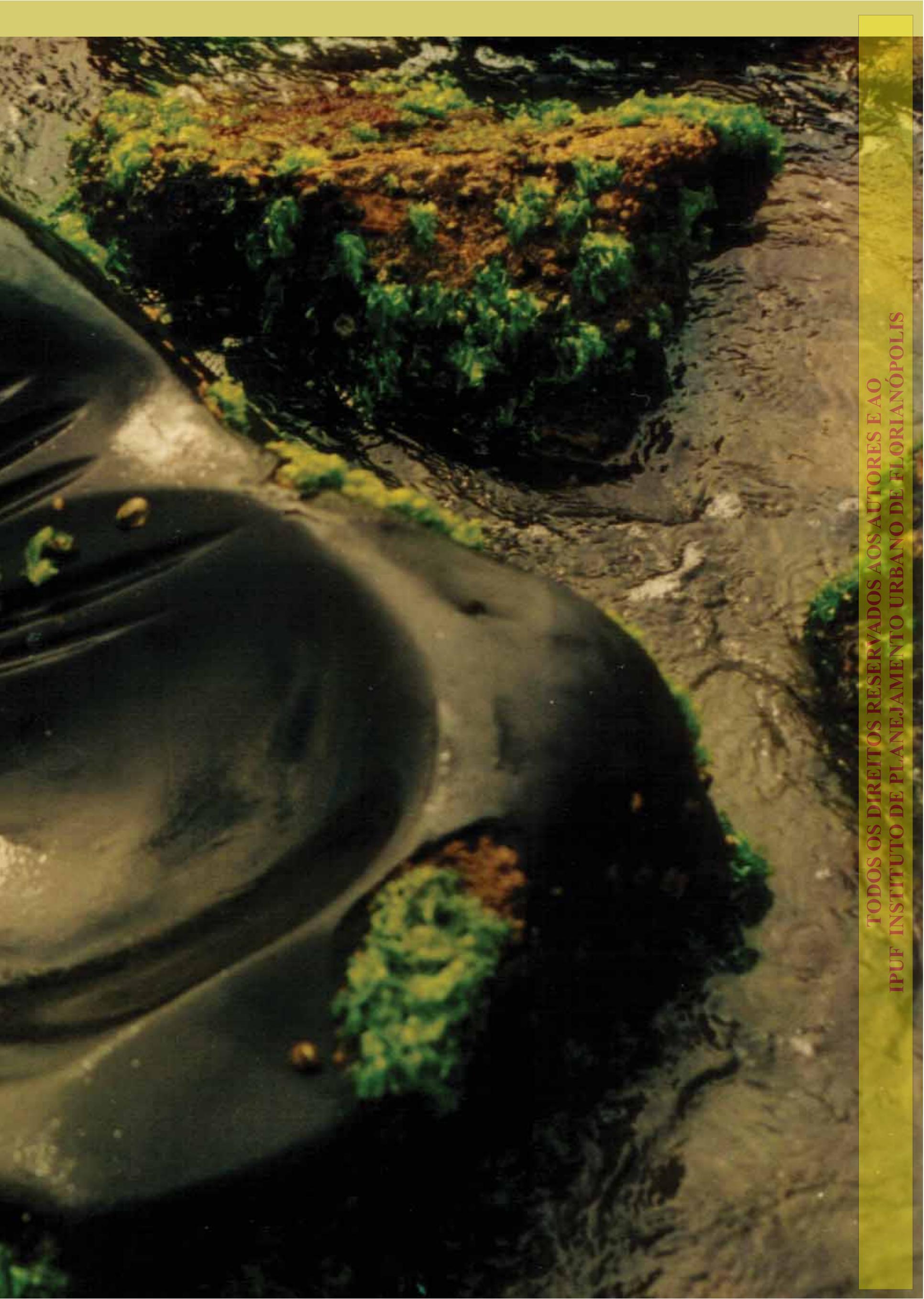


FORMAÇÃO HUMANA



TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES E AO
IPUF INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS



**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES E AO
IPUF INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS**

A

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES E AO
IPUF INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

A Arqueologia de Florianópolis

Rossano Lopes Bastos
Adriana Teixeira

"Não podemos saber o que ganhamos em adquirir civilização enquanto não soubermos o que perdemos" (Sevice, 1971:11)

A Ilha de Santa Catarina caracteriza-se por intensa ocupação Pré-Histórica e Histórica, com variados tipos de Sítios Arqueológicos, tais como Sambaquis, Aldeias, Acampamentos, Paradeiros (Guarani e Itararé), Inscrições Rupestres (petroglifos, arte rupestre), Oficinas Líticas e Sítios Históricos. São estes sítios caracterizados por atributos variados que indicam, de acordo com seu tipo, as atividades exercidas pelas populações pretéritas e que aqui habitavam há milhares de anos. Em Florianópolis, os grupos pré-históricos utilizaram vários elementos e se valeram de vários aspectos do ambiente como recursos naturais e ocuparam de forma contínua e distribuída a região que hoje denominamos este município. Esta afirmação é atestada pelos elementos de sua cultura, cujos restos são encontrados em sítios arqueológicos, conforme o mapa anexo.

Os sítios arqueológicos são peças fundamentais para o conhecimento antropológico, porque são as únicas fontes fidedignas capazes de restabelecer a relação entre natureza e cultura no passado pré-histórico.

O patrimônio arqueológico, segundo Mendonça de Souza e Souza (1983, p.5) é:

“caracterizado como o conjunto de locais em que habitaram as populações pré-históricas, bem como toda e qualquer evidência das atividades culturais destes grupos pretéritos e inclusive seus restos biológicos. O patrimônio arqueológico é assim integrado não só por bens materiais, mas também e principalmente pelas informações deles dedutíveis a partir, por exemplo, da sua própria disposição locacional, das formas adotadas para ocupação do espaço e dos contextos ecológicos selecionados para tal”.

Esse conjunto de tipos de sítios aqui descritos como sendo do município de Florianópolis é parte integrante da formação do nosso rico patrimônio arqueológico.

A recente dinâmica da arqueologia brasileira tem apontado para uma tendência crescente dos trabalhos de arqueologia preventiva, ligados, em sua esmagadora maioria à necessidade de licenciamento ambiental de empreendimentos de qualquer natureza, potencialmente causadores de danos ao patrimônio arqueológico. Diante desse imperativo legal técnico e político é que se coloca a incorporação das variáveis arqueológicas no escopo deste Atlas do Município de Florianópolis.



Oficina Lítica - Praia da Joaquina



Sepultamento humano no Sítio Porto do Rio Vermelho II (Década 1990 A.P.)

Este trabalho visa, de forma concisa e clara, oferecer à população de Florianópolis, e em geral a qualquer interessado, uma idéia da magnitude e dos tipos de sítios arqueológicos até agora encontrados no Município e registrados no cadastro nacional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que é o órgão nacional responsável pela proteção, identificação, documentação e valorização do patrimônio arqueológico.

Sendo assim, as informações aqui contidas têm o objetivo de contribuir e chamar a atenção da comunidade para a publicização dos bens arqueológicos, que são de alcance social de uso e domínio popular.

Sambaquis

São sítios arqueológicos encontrados em regiões costeiras nas proximidades do mar, dos mangues e da desembocadura de rios, construídos por bandos de caçadores-coletores-pescadores que viviam no litoral. Caracterizam-se pelo acúmulo de carapaças de moluscos e restos de peixes, junto aos quais são encontrados fogões (circulares, feitos de pedra), artefatos líticos e sepultamentos, além de adornos e zoólitos, que são esculturas, feitas em pequenos blocos de rocha, representando figuras de animais.

Aldeias, Acampamentos e Paradeiros

São sítios arqueológicos que se caracterizam por manchas escuras no solo com carvão, objetos de pedra e cerâmica, restos de construções sinais da existência de postes. O solo costuma estar muito firme e compactado. São elevações no solo de forma circular e variam de 20 a 100 metros de diâmetro. As formas circulares menores e com pouca

profundidade, normalmente com ausência de material cerâmico, são chamadas acampamentos. Quando as evidências arqueológicas são menores ainda que o acampamento, muito superficiais, de pouca densidade, chamamos paradeiro.

Inscrições Rupestres (petroglifos, arte rupestre)

São gravuras deixadas pelo homem em suportes fixos de pedra (parede de abrigos, grutas, matacões, etc). A palavra rupestre vem do latim *rupe-is* (rochedo). A arte rupestre é bem representada na Ilha de Santa Catarina, tendo a Ilha do Campeche o maior acervo e representatividade dessa arte deixada pelo homem pré-histórico.

Oficinas Líticas (estações líticas, afiadores e bacias de polimento)

São lugares onde populações pré-históricas preparavam e aperfeiçoavam suas ferramentas e instrumentos de caça, pesca e coleta. As estações ou oficinas líticas são encontradas com frequência no litoral, confeccionadas normalmente em rocha muito dura (diabásio). São formações de depressões na rocha: sulcos, frisos, pratos e bacias que serviam para amolar, afiar e polir as ferramentas e instrumentos.

Sítios Históricos

São remanescentes de estruturas históricas caracterizadas, na Ilha, principalmente pelas estruturas arquitetônicas e seu entorno. A arqueologia histórica prevê o estudo dos aspectos materiais, históricos,

culturais e sociais concretos do período colonial até a atualidade.

Muitos autores se dedicaram a estudar o Patrimônio arqueológico de Florianópolis e, o material bibliográfico disponível que trata de alguma forma este tema abrange levantamentos arqueológicos, registros de sítios, inventários e pesquisas sistemáticas realizadas nos últimos 40 anos. Alguns destes trabalhos podem ser encontrados em ROHR, J. A. (1959,1960,1961, 1962, 1966, 1967, 1968, 1969, 1974,1975); BECK, A. (1968,1972 & 1978); DUARTE, G. M. (1971); PIAZZA, W. (1965,1966); HURT, W. (1974 & 1984); PROUS, A. & PIAZZA, W. (1977); SCHMITZ (1984); NEVES (1984); FOSSARI, T. & BASTOS, R. L. (1987 1988,1989); DE MASI, M. A. N. (2003), dentre outros.

A localização dos sítios arqueológicos é um dos elementos que colaboram muito no entendimento da utilização dos recursos naturais e no modo de vida das populações pré-históricas e históricas, uma vez que, identificada à área de localização, podemos observar as condições da ocupação ou assentamento dos grupos humanos em relação ao ambiente natural e seu modo de vida.

Muito embora o ambiente possa ter se modificado ou alterado, torna-se importante a sua conservação no local da descoberta, pois, com a observação do cenário atual e as pistas encontradas nos sítios arqueológicos, podemos obter subsídios para analisar e colaborar na construção do conhecimento sobre os grupos humanos pretéritos.

Os bens arqueológicos brasileiros, que compreendem todo o seu Patrimônio Arqueológico, encontram amparo legal na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 23, 215 e 216, além de contar com a proteção da Lei Federal nº 3924/61, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. O Patrimônio Arqueológico é parte integrante do Patrimônio Cultural do país definido no texto da Constituição de 1988, conforme o trecho transcrito abaixo:

“**Artigo 23** - É competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

[...]

§ III proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os **sítios arqueológicos**.

§ IV impedir a invasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

[...]

Artigo 215 O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ I o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Artigo 216 Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos, formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

V os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, **arqueológico**, paleontológico, ecológico e científico.

§ I - O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o Patrimônio Cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

O IPHAN, dentro das prerrogativas que lhe são atribuídas exarou ao longo do tempo algumas normas específicas procurando adequar a legislação ordinária às modernas demandas sociais e políticas dos dias de hoje.



Escavação Arqueológica no Sítio Porto do Rio Vermelho II

DICAS PARA A VISITAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS:

Não cave nem mexa na terra

Como lembrança leve apenas as fotos que você tirar

Não remova ou altere os objetos de um sítio

Como a maioria dos sítios arqueológicos está ao ar livre, proteja-se do sol e dos insetos e use calçados adequados para caminhadas

Não risque e não pise nas oficinas líticas

Durante o passeio, beba líquidos para não desidratar

Não acampe ou faça fogueiras e queimadas na área do sítio, muito menos deixe lixo no local

Em sítios situados em Parques, Florestas e Estações Ecológicas, siga as orientações dos guias e das placas de sinalização

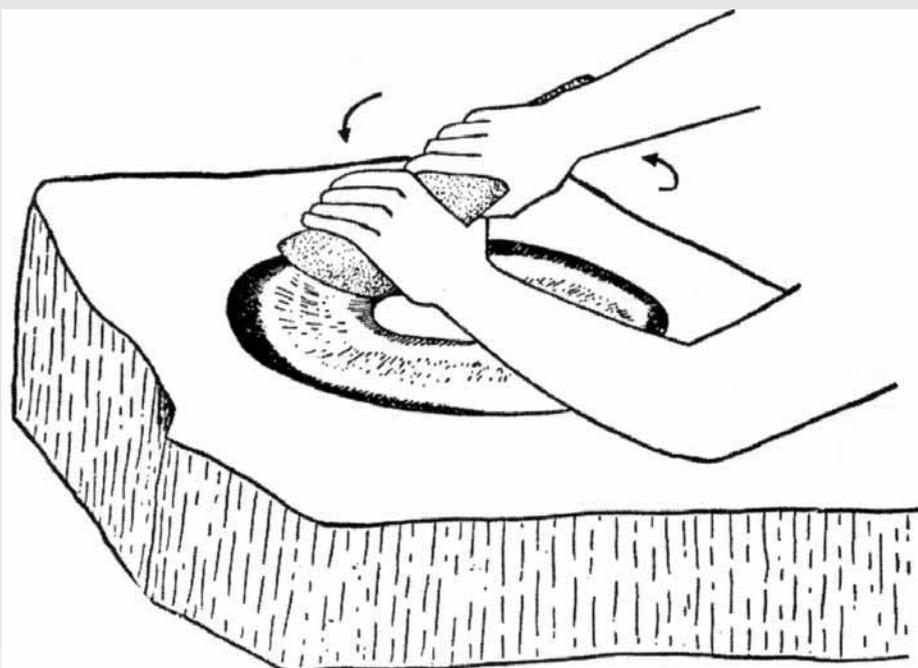
Não arranque a vegetação que cobre o sítio

Seja responsável: faça sua parte na preservação

Não ande de bicicleta, moto e não estacione veículos sobre o sítio

Incentive outras pessoas a preservar o patrimônio arqueológico

Elaboração: Arqueóloga Fabiana Comerlato



Reconstituição do polimento de uma lâmina de machado. Desenho: ROHR, 1976

ESTRATOS DE SAMBAQUI

Topo do Sambaqui

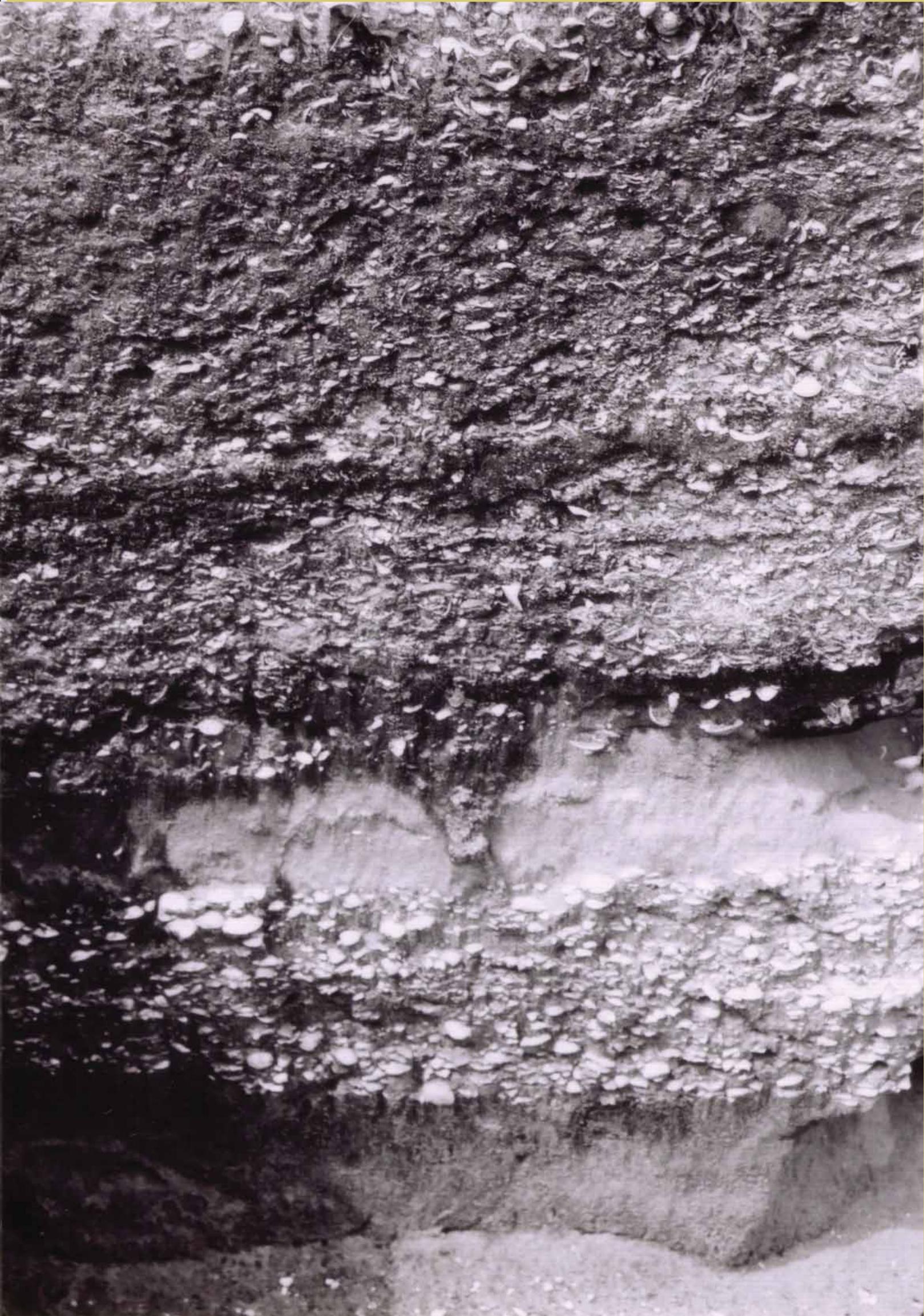
Solo de Ocupação

Solo de Ocupação

Período de Abandono

Base do Sambaqui

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES E AO
IPUF INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

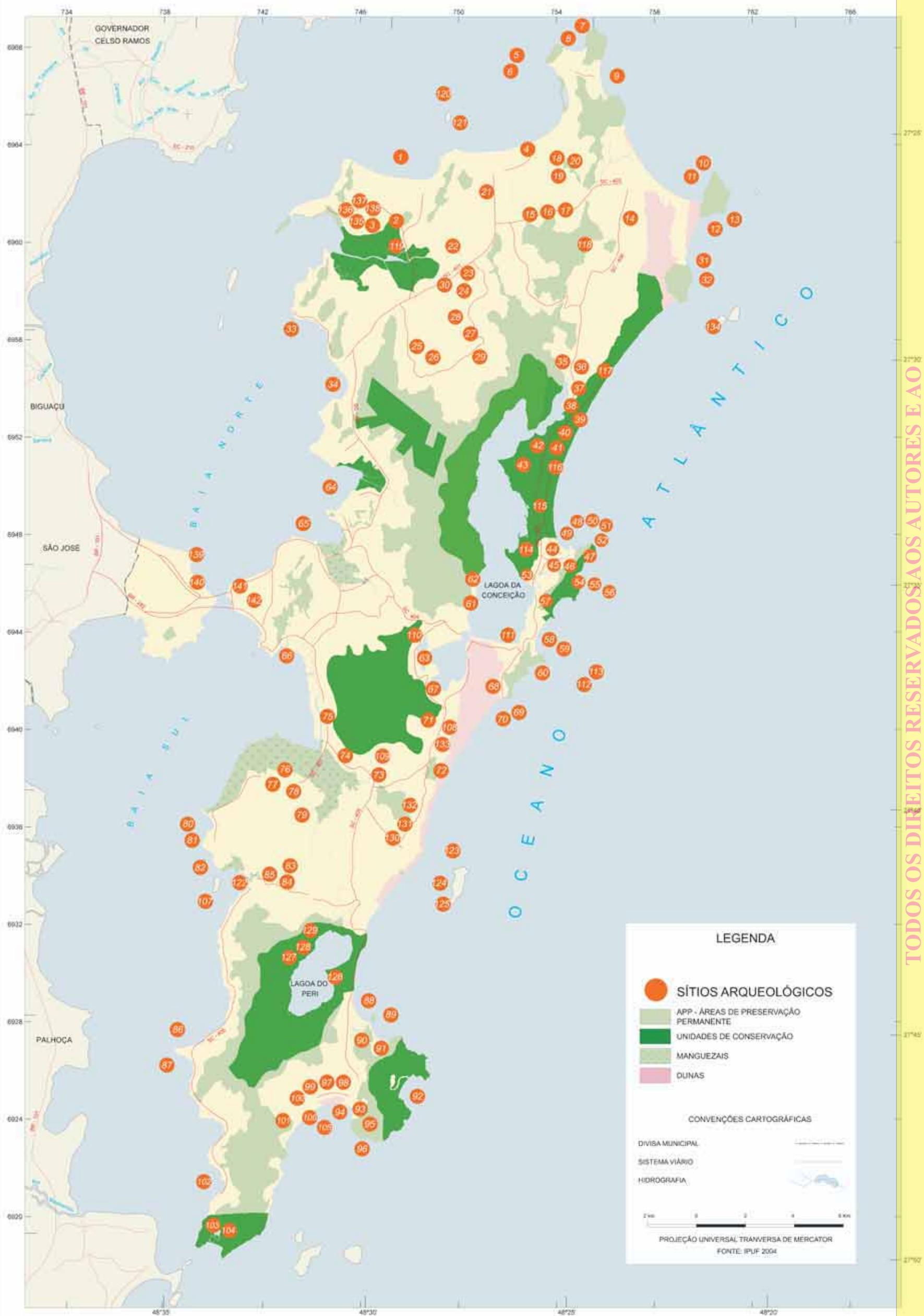


São Paulo do Rio Verde I

MAPA DE EVOLUÇÃO ARQUEOLÓGICA

Relação dos Sítios Arqueológicos de Florianópolis

1 - RIO DO MEIO	CERÂMICO	SEMI-DESTRUÍDO	76 - CARIANOS II	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS
2 - JURERÉ I	SAMBAQUI	DESTRUÍDO, COM VESTÍGIOS	77 - RESSACADA I	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS
3 - JURERÉ II	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	78 - RESSACADA II	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS
4 - RIO DO BRÁS	SAMBAQUI	DESTRUÍDO, SEM VESTÍGIOS	79 - RESSACADA III	SAMBAQUI	DESAPARECIDO
5 - PONTA DAS CANAS I	SAMBAQUI	CONSERVADO	80 - BASE AÉREA I	ACAMPAMENTO	DESAPARECIDO
6 - PONTA DAS CANAS II	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO	81 - BASE ÁREA II	OFICINA LÍTICA	SEMI-DESTRUÍDO
7 - LAGOINHA DA PONTA DAS CANAS I	SAMBAQUI	DESTRUÍDO, SEM VESTÍGIOS	82 - TAPERA	ACAMPAMENTO	PESQUISADO POR J. A. ROHR
8 - LAGOINHA DA PONTA DAS CANAS II	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO	83 - IBITINGA	ACAMPAMENTO	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS
9 - PRAIA BRAVA	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO	84 - ALTO RIBEIRÃO I	ACAMPAMENTO	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS
10 - INGLESES I	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO	85 - ALTO RIBEIRÃO II	ACAMPAMENTO	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS
11 - INGLESES II	ACAMPAMENTO	SEMI-DESTRUÍDO	86 - CAIACANGA-AÇÚ I	CERÂMICO	SEMI-DESTRUÍDO
12 - SANTINHO I, III, IV, V, VI	SINALIZAÇÃO RUPESTRE	CONSERVADO	87 - CAIACANGA-AÇÚ II	OFICINA LÍTICA	SEMI-DESTRUÍDO
13 - SATINHO II	LÍTICO	SEMI-DESTRUÍDO	88 - PONTA DA ARMAÇÃO I	SAMBAQUI	CONSERVADO
14 - VALDA I	CERÂMICO	SEMI-DESTRUÍDO	89 - PONTA DA ARMAÇÃO II	OFICINA LÍTICA	SEMI-DESTRUÍDO
15 - VARGEM DO BOM JESUS I	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS	90 - ARMAÇÃO DO SUL	ACAMPAMENTO	DESTRUÍDO SEM VESTÍGIOS
16 - VARGEM DO BOM JESUS II	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS	91 - MATADEIRO	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO
17 - VARGEM DO BOM JESUS III	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	92 - LAGOINHA DO LESTE	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO
18 - VARGEM DO BOM JESUS IV	SAMBAQUI	DESAPARECIDO	93 - MORRO DO CEMITÉRIO	SAMBAQUI	CONSERVADO
19 - VARGEM DO BOM JESUS V	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	94 - PRAIA DO PÂNTANO DO SUL I	ACAMPAMENTO	SEMI-DESTRUÍDO
20 - VARGEM DO BOM JESUS VI	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	95 - PRAIA DO PÂNTANO DO SUL II	OFICINA LÍTICA	SEMI-DESTRUÍDO
21 - CANASVIEIRAS	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	96 - PRAIA DO PÂNTANO DO SUL III	OFICINA LÍTICA	SEMI-DESTRUÍDO
22 - CAMPO DA COROA	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	97 - DUNAS DO PÂNTANO DO SUL I	ACAMPAMENTO	SEMI-DESTRUÍDO
23 - VARGEM PEQUENA II	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	98 - DUNAS DO PÂNTANO DO SUL II	ACAMPAMENTO	SEMI-DESTRUÍDO
24 - VARGEM PEQUENA I	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS	99 - DUNAS DO PÂNTANO DO SUL III	CERÂMICO	SEMI-DESTRUÍDO
25 - RATONES I	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS	100 - DUNAS DO PÂNTANO DO SUL IV	CERÂMICO	SEMI-DESTRUÍDO
26 - RATONES II	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS	101 - BALNÁRIO DO AÇORES	LÍTICO	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS
27 - RATONES III	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS	102 - CAIEIRA DA BARRA DO SUL	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS
28 - RATONES IV	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS	103 - NAUFRAGADOS I	ACAMPAMENTO	CONSERVADO
29 - RATONES	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS	104 - NAUFRAGADOS II	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO
30 - PALUDO I	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	105 - PÂNTANO DO SUL I	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
31 - MORRO DAS ARANHAS I	SINALIZAÇÃO RUPESTRE	SEMI-DESTRUÍDO	106 - PÂNTANO DO SUL II	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
32 - MORRO DAS ARANHAS II	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO	107 - PONTA DAS FLECHAS (Tapera)	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
33 - PONTA DO SAMBAQUI	SAMBAQUI	CONSERVADO	108 - RIO TAVARES II	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
34 - SANTO ANTÔNIO I	SAMBAQUI	CONSERVADO	109 - RIO TAVARES IV	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
35 - SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO I	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	110 - FREGUESIA DO CANTO LAGOA	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
36 - SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO II	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS	111 - DUNAS DA LAGOA (Rendeiras)	CERÂMICO	SEMI-CONSERVADO
37 - SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO III	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS	112 - MORRO DO GRAVATÁ I	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO
38 - PORTO DO RIO VERMELHO	SAMBAQUI	CONSERVADO	113 - MORRO DO GRAVATÁ II	SINALIZAÇÃO RUPESTRE	CONSERVADO
39 - PRAIA GRANDE	SAMBAQUI	CONSERVADO	114 - GIRASSÓIS (Barra da Lagoa)	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
40 - ESTAÇÃO FLORESTAL I	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS	115 - CAMPING DA BARRA	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
41 - ESTAÇÃO FLORESTAL II	SAMBAQUI	CONSERVADO	116 - CAMPO DO CASQUEIRO II	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
42 - PONTA DO MARTINS	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	117 - PRAIA GRANDE II	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
43 - CAMPO DO CASQUEIRO	SAMBAQUI	CONSERVADO	118 - MATO DO PILÃO	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
44 - IGREJA DA BARRA DA LAGOA	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	119 - CAMPO DO JURERÉ II	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
45 - RIO LAGOA I	OFICINA LÍTICA	SEMI-DESTRUÍDO	120 - ILHA DO FRANCÊS I	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
46 - RIO DA LAGOA III	OFICINA LÍTICA	SEMI-DESTRUÍDO	121 - ILHA DO FRANCÊS II	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
47 - RIO DA LAGOA II	OFICINA LÍTICA	SEMI-DESTRUÍDO	122 - ILHA MARIA FRANCISCA	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
48 - PONTA DO VIGIA	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	123 - ILHA DO CAMPECHE I	ACAMPAMENTO	SEMI-CONSERVADO
49 - PRAIA DA BARRA III	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO	124 - ILHA DO CAMPECHE II	SINALIZAÇÃO RUPESTRE	CONSERVADO
50 - PRAIA DA BARRA II	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO	125 - ILHA DO CAMPECHE III	SINALIZAÇÃO RUPESTRE	CONSERVADO
51 - PRAIA DA BARRA I	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO	120 - ILHA DO FRANCÊS I	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
52 - PRAIA DA BARRA IV	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	121 - ILHA DO FRANCÊS II	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
53 - BARRA ESQUERDA	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS	122 - ILHA MARIA FRANCISCA	SAMBAQUI	SEMI-CONSERVADO
54 - PONTA DO CAÇADOR I	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO	123 - ILHA DO CAMPECHE I	ACAMPAMENTO	SEMI-CONSERVADO
55 - PONTA DO CAÇADOR III	SINALIZAÇÃO RUPESTRE	CONSERVADO	124 - ILHA DO CAMPECHE II	SINALIZAÇÃO RUPESTRE	CONSERVADO
56 - PONTA DO CAÇADOR IV	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO	125 - ILHA DO CAMPECHE III	SINALIZAÇÃO RUPESTRE	CONSERVADO
57 - PONTA DO CAÇADOR II	CERÂMICO	CONSERVADO	126 - SÍTIO CERÂMICO LAGOA DO PERI		
58 - PRAIA MOLE I	SINALIZAÇÃO RUPESTRE	CONSERVADO	127 - SÍTIO HISTÓRICO LAGOA DO PERI I		
59 - PRAIA MOLE II	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO	127 - SÍTIO HISTÓRICO LAGOA DO PERI II		
60 - PRAIA DO GRAVATÁ I	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO	129 - SÍTIO HISTÓRICO LAGOA DO PERI III		
61 - PONTA DAS ALMAS	SAMBAQUI	CONSERVADO	130 - SÍTIO HISTÓRICO CAMPO DE AVIAÇÃO		
62 - CANTO DOS ARAÇÁS	SAMBAQUI	CONSERVADO	131 - SÍTIO DA RUA DO CORAL		
63 - CANTO DA LAGOA I	SAMBAQUI	CONSERVADO	ESQUINA COM RUA GRAMAL		
64 - SACO GRANDE	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	132 - SÍTIO DA RUA DAS GARÇAS		
65 - RIO LESSA	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	133 - SÍTIO CERÂMICO DA PEDRITA		
66 - PONTA DOS LIMÕES	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	134 - SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE		
67 - CANTO DA LAGOA IV	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	SINALIZAÇÃO RUPESTRE		
68 - JOAQUINA I	ACAMPAMENTO	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS	135 - JURERÉ III		
69 - JOAQUINA II	SAMBAQUI	DESAPARECIDO	136 - JURERÉ IV		
70 - JOAQUINA III	OFICINA LÍTICA	CONSERVADO	137 - JURERÉ V		
71 - RIO TAVARES V	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	138 - JURERÉ VI		
72 - LAGOINHA DO RIO TAVARES	CERÂMICO	SEMI-DESTRUÍDO	139 - SÍTIO PONTA DO LEAL		
73 - RIO TAVARES III	SAMBAQUI	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS	140 - SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO ESTREITO		
74 - RIO TAVARES I	SAMBAQUI	SEMI-DESTRUÍDO	141 - SÍTIO HISTÓRICO PRAÇA ESTEVES JÚNIOR		
75 - COSTEIRA DO PIRAJUBÁÉ	CERÂMICO	DESTRUÍDO COM VESTÍGIOS	142 - SÍTIO HISTÓRICO DO MESEU HOTÓRICO DE SANTA CATARINA		



TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES E AO IPUF INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

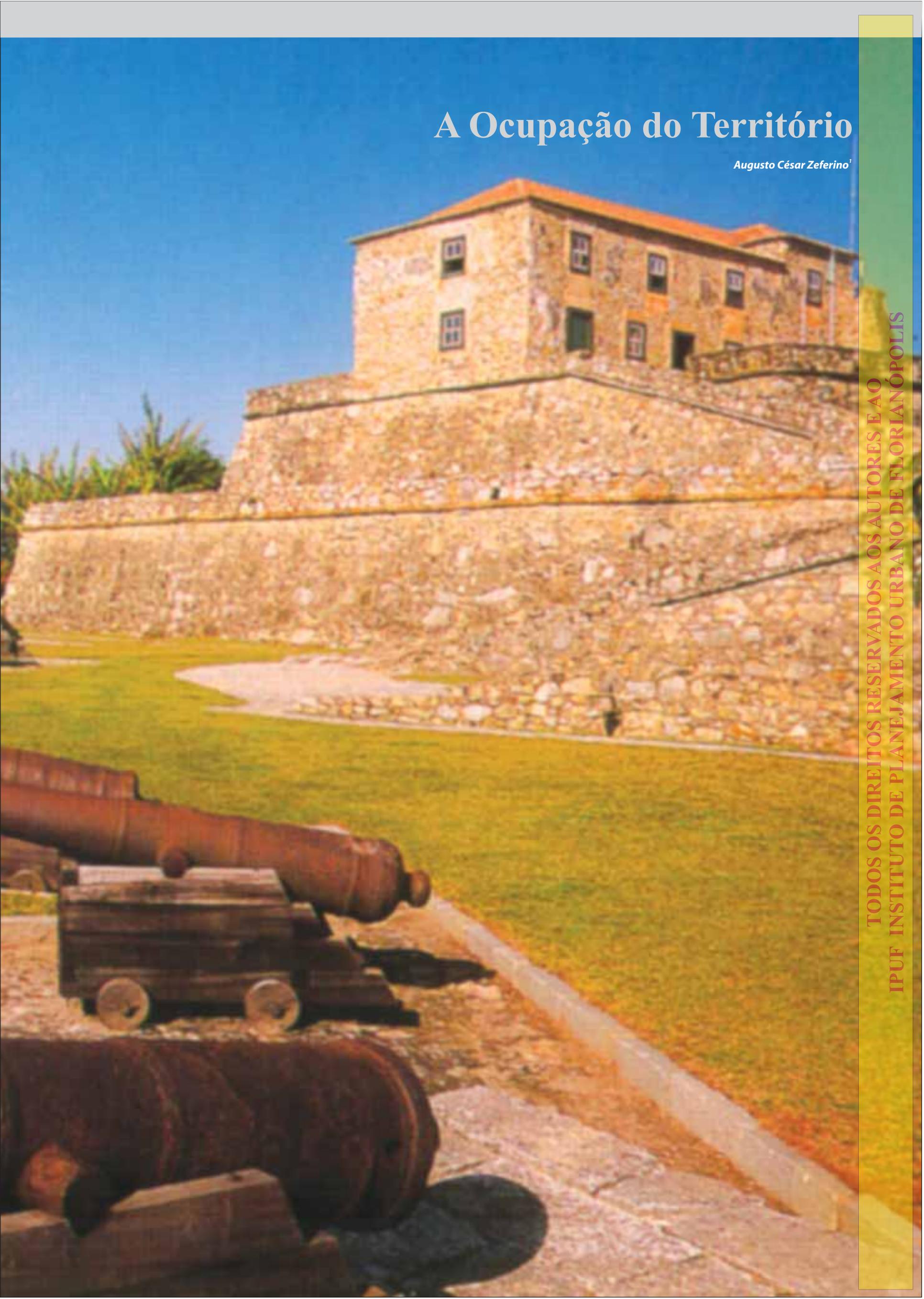
FORMAÇÃO HUMANA

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES E AO
IPUF INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

A Ocupação do Território

Augusto César Zeferino¹

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES E AO
IPUF INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS





interesse dos navegadores por locais abrigados. Assim, a toponímia presente nos mapas mais antigos é mais abundante para aquele ambiente. Ali estavam, também, os agrupamentos indígenas mais visíveis e acessíveis pelos critérios de segurança de então.

Difícil ignorar a importância de tais assentamentos, até hoje manifesta na cultura e no rico legado impresso nas rochas de nossos costões, quando a economia do turismo começa a explorar valores pertinentes às suas qualificações. Em termos quantitativos, porém, o seu contributo é mais restrito, não por iniciativa própria, mas pelo encadeamento das ações dos novos habitantes que por aqui aportaram a partir do século XVI.

Se olharmos a Ilha de Santa Catarina quanto à sua forma, orientação geográfica, distância da costa, morfologia e composição de ambientes naturais, como montanhas, restingas, dunas, lagos, mangues etc., começaremos então a entender o *porquê* dos resultados espaciais da sua ocupação humana. O entorno continental, da mesma forma, se expõe como ambiente afeto ao processo de ocupação inicial.

Os primeiros habitantes, caracterizados por não possuírem tecnologia alguma, ou por possuírem técnicas no seu nível mais rudimentar, estavam sujeitos a um significativo enquadramento às condições naturais, ou seja, acessavam os pontos mais próximos e se assentavam nos locais de maior oferta de alimentos. Quando tais atributos não mais respondiam às suas necessidades, migravam para novas áreas. Tais locais certamente seriam aqueles de menor resistência física e de maiores predados: as planícies pela acessibilidade física, as áreas costeiras pela maior oferta de alimentos crustáceos e peixes; e as matas próximas, fornecedoras de lenha, frutos e caça. A Ilha, bem como seu entorno continental, constituía-se em excepcional área para tal exercício, uma vez que a diversidade de ambientes, as curtas distâncias entre os tipos de sítios referidos e a farta oferta de alimentos estavam ao alcance dos olhos.

Destarte, devido à proximidade da Ilha com o continente, povos primitivos puderam acessá-la com facilidade. A presença desses povos na região promoveu absorção e uso desta como território de vida, e nela foram estabelecidas as primeiras trilhas para acessar pontos de interesse.

O pesquisador P. Rohr estudou sítios e *peabirus*² na região hoje conhecida como Pântano do Sul; outros arqueólogos e antropólogos se dedicaram aos sítios do Rio Vermelho mais recentemente, e testemunhos da presença de índios são encontrados também na ilha do Campeche, em Ingleses do Rio Vermelho, etc.

Esses caminhos, os *peabirus*, serviam para os deslocamentos necessários às atividades de caça e pesca durante os períodos em que a quantidade de moluscos era insuficiente, para a coleta de frutos e sementes que eram muito utilizados na alimentação. Segundo Rohr (1977)³, parte dos artefatos líticos encontrados no *sambaqui* do Pântano do Sul é de riolito, e este tipo de rocha não existe naquele local, sendo que o ponto mais próximo onde pode ser encontrado é uma pedreira que fica a alguns quilômetros de distância, já na Armação do Sul. (ZEFERINO e et al, 2000)

Os *peabirus* ainda estão presentes, embora nem todos, necessariamente, reconhecidos na configuração atual da rede física de caminhos e estradas existentes na Ilha. No continente já não há mais traços das trilhas e dos caminhos, uma vez que a ocupação da área por atividades humanas descaracterizou por completo a configuração de tais atributos.

Os habitantes primitivos não deixaram expostas as marcas de sua presença em termos de organização espacial. Ao que parece nenhum sítio deixou impressas e/ou expostas as suas estruturas comunitárias marcando presença na paisagem, exceto por suas

MAPA DE TRILHAS

inscrições rupestres, pois suas formas de assentamentos eram extremamente simples, e suas habitações e estruturas comunitárias, efêmeras. Os sítios ficaram soterrados, como os próprios índios, escondidos sob a terra para o deleite de futuras gerações de acadêmicos que, denodados, vêm desempenhando a importante tarefa de resgatar e guardar para sempre os vestígios daqueles que primeiro pisaram nas terras da Ilha de Santa Catarina e do seu entorno continental.

O homem europeu, ao contrário, embora tenha entrado aos poucos e aos sobressaltos, implantou a sua marca e construiu a sua organização espacial de forma contundente e marcante.

Com Solis, que inaugurou os primeiros passos da ocupação ainda nos primórdios do século XVI, temos o início de um período de “namoro” caracterizado por interesses esparsos e retornos abruptos. A Ilha e seu entorno, do ponto de vista da ocupação européia e durante um determinado período, se portaram literalmente como um *deserto*.

O ponto mais próximo do continente serviu como local de fixação de Dias Velho e seus acompanhantes, e depois de sua decadência, e apenas navegadores, aventureiros alguns, curiosos investigadores outros, e ainda tantos mais rapineiros, por aqui aportaram. Seus testemunhos, escritos de punho ou registrados por terceiros, deixaram suas impressões.

A incipiente organização espacial construída até meados do século XVIII está retratada em muitos escritos. Aqueles que por aqui aportaram, acabaram por registrar observações da ocupação que se dava nos vales e planícies da Ilha e nas terras próximas do continente, mas sem estabelecer, de forma gráfica ou textual (exceto por alguns mapas), um quadro espacial e sistematizado da ocupação. Sabe-se, porém, pelos escritos existentes, que era esparsa e isolada, sem uma rede de comunidades organizadas de modo a permitir o estabelecimento de um conjunto de atividades inter-relacionadas.

Os mapas da Ilha e região, elaborados pelos visitantes ou por agentes de ofício, apontam comumente para os elementos físicos e toponímicos, e ignoram a presença de possíveis povoados, não que não existissem moradores na área, mas, talvez, pela pouca representatividade dessa presença ante dos olhos aos visitantes, ou ainda porque não se detiveram o suficiente para levantar tais informações.

Devemos, ao analisar tais documentos, lembrar que enquanto o nativo “tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente” (TUAN, 1980, p.72), o visitante, por ter uma visão simplificada dos lugares por onde passa ou convive rapidamente, pode mais facilmente anunciar o resultado de suas observações, e faz deles uma avaliação mais estética. Nesse sentido, os estrangeiros tendiam, no seu interesse especial ou por determinação de funções delegadas (missões científicas, militares e etc.), a privilegiar

determinadas informações e a desprezar outras. (ZEFERINO, 1999)

Assim, as informações de natureza geográfica e estratégica estavam freqüentemente presentes nos escritos; menos significativas, porém, eram as informações sobre o modo de organização e sobre o conteúdo das possíveis comunidades existentes.

Tal lacuna, todavia, não impediu que novos conhecimentos fossem se somando aos esforços anteriores, e que o ambiente em consideração passasse a ser reconhecido como um dos mais estratégicos e belos ao longo da costa brasileira.

A Ilha e seu entorno, para fazer face aos interesses vividos então, seriam equipados com a melhor técnica e arquitetura militar disponíveis. Dadas as possibilidades e limites oferecidos por ela mesma, a geografia determinaria o mapa das fortalezas, contribuindo para produzir um padrão espacial de edificações e de comunicação que buscava o fortalecimento da presença e do propósito de quem a ocupava. No seu entorno, as fortalezas acabaram por atrair vizinhos.

Nesse momento, quando Portugal organizava a vinda dos casais açorianos para a Ilha, tratava também de sua fortificação.

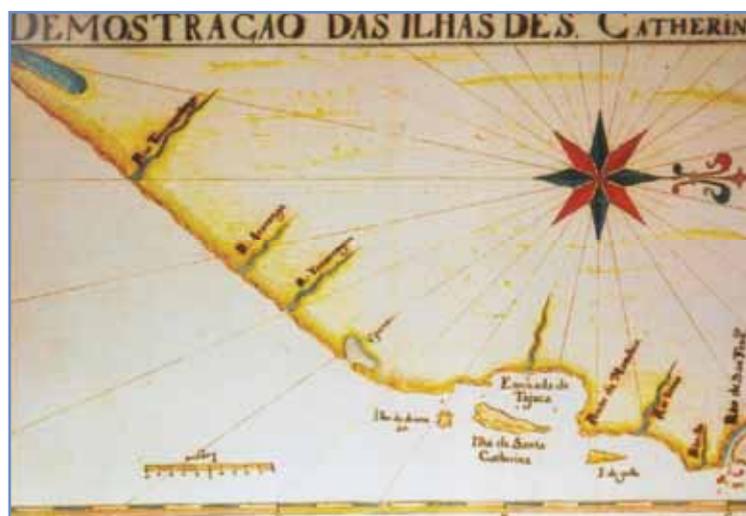
Na seqüência dos acontecimentos vividos pela conflituosa relação entre Portugal e Espanha, os portugueses se viram obrigados a aumentar a defesa da Ilha de Santa Catarina, e outras fortificações menores foram construídas.

Tal relacionamento, baseado na constante disputa por um espaço significativamente importante no contexto de dominação então presente, tirava proveito da excepcional geografia da região, e a organização do espaço local foi se estruturando através de assentamentos humanos, com o suporte da imigração açoriano-madeirense, da consolidação de uma rede de caminhos e trilhas, e da construção de edificações específicas, incluindo as fortalezas, na região de maritimidade interior entre a ilha e o continente.

Novos assentamentos foram se estabelecendo nas várzeas e restingas, como Ratores, Vargem do Bom Jesus, Vargem Grande e Vargem Pequena, Canasvieiras, Ingleses, Pântano do Sul e Armação, por exemplo.

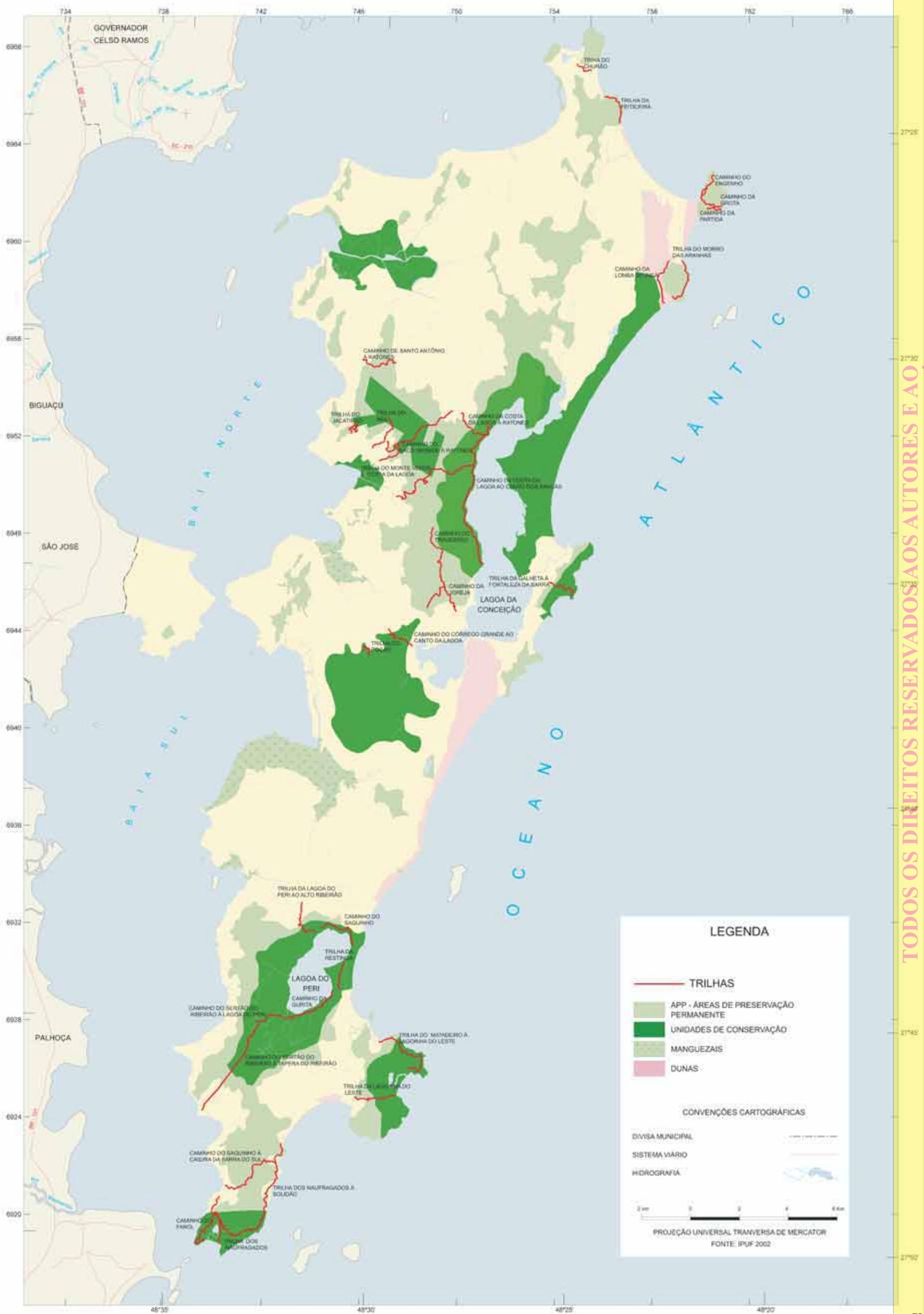
As fortalezas, de alguma forma, demandaram uma rede de comunicações terrestres e marítimas que possibilitasse o transporte de indivíduos e estoques de armas, víveres e etc. No sentido das ligações físicas entre comunidades e fortalezas, ou no sentido do que resultou a partir dessas ligações, Peluso (1991) bem descreve como alguns caminhos que faziam a ligação entre o centro da cidade de Desterro e algumas fortalezas foram desaparecendo:

“A planta da cidade de 1876 mostra que o plano urbano atendeu ao acréscimo do número de habitantes com a transformação de antigos caminhos em ruas, e com a abertura de novas vias públicas. O caminho em direção ao antigo forte de São Francisco tornou-se a



Mapas antigos da Ilha de Santa Catarina - Século XVII





TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES E AO IPUF INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

atual rua Esteves Júnior. A rua agora denominada Conselheiro Mafra, que desde a Figueira até o forte Santana era simples picada, recebeu o tratamento de rua, por haver sido instalado, em 1841, no alto da colina, o cemitério público. Na baía Norte, paralelamente à praia, foi aberta rua até o forte de São Luiz (presentemente ruas Almirante Lamego, Bocaiúva, Heitor Luz) que se afasta da praia onde encontrava a avenida Trompowski (ainda não aberta naquele ano)."

E continua dizendo:

"O caminho que levava do centro da cidade ao forte São Luiz deu as ruas que se denominavam Visconde de Ouro Preto, Almirante Alvim e Victor Konder, e, unindo-as à paralela orla da baía Norte, as que, presentemente são as ruas Altamiro Guimarães e Alves de Brito.

A trilha através do morro em direção à Trindade foi prolongada, na sua base, até encontrar-se com a rua para a Trindade a leste do local do forte São Luiz, constituindo ruas que mais tarde foram incorporadas à avenida Mauro Ramos. Desembocando nessas ruas já desaparecidas, a rua General Bittencourt era a via pública do extremo leste da cidade." (p.316-317)

Vê-se, dessa forma, como algumas fortalezas determinaram a consolidação de caminhos já existentes e o nascimento de uma rede de vias que, mais tarde, com o advento da modernidade, se transformariam em ruas, conforme mostra Peluso. Na realidade, as fortalezas atuaram como pontos centrais na definição da rede de caminhos em algumas regiões da Ilha de Santa Catarina e continente fronteiriço. A fortaleza de São José da Ponta Grossa é um outro exemplo de como alguns caminhos, hoje estradas, nasceram em função dessas edificações. E mesmo as rotas marítimas para as localizadas nas ilhas

Anhatomirim e Raton Grande, determinaram pontos de contacto na ilha de Santa Catarina e/ou no continente, os quais tiveram continuidade em terra na direção das vilas e freguesias.

Os habitantes originários e/ou descendentes da migração açóric-madeirense, tão estudada por Walter Piazza (1992), eram agora o suporte demográfico maior do contingente humano local. A população indígena original já havia ultrapassado o ponto crítico impeditivo de sua sustentabilidade como agrupamento humano e sucumbiu.

O Brigadeiro José da Silva Paes, engenheiro militar, assume a liderança do processo político e administrativo na Província de Santa Catarina e implanta, sob suas ordens e *expertise*, um fabuloso complexo de edificações militares no ambiente afeto pela Ilha de Santa Catarina: fortalezas de Santa Cruz (Ilha de Anhatomirim), São José da Ponta Grossa (Ilha de Santa Catarina), Santo Antônio (Ilha de Raton Grande) e Nossa Senhora da Conceição (Ilha de Araçatuba); posteriormente outros assumem a continuidade desse processo com a construção de fortalezas de menor porte.

São implantadas, a partir de 1739, 10 fortalezas com localizações conhecidas.

O contexto histórico e político mundial sofreu grandes alterações no período subsequente, o mesmo acontecendo com o panorama local. As fortalezas já não mais possuíam qualificação para a defesa e crescimento pretendidos. Uma nova geografia se apresentava, tendo como fundo as novas relações fundamentadas na industrialização, urbanização e livre comércio.

Os portugueses, como colonizadores, se retiraram,

QUADRO Nº 1 FORTALEZAS DA ILHA DE SANTA CATARINA

ANO DE FUNDACÃO / CONSTRUÇÃO E FECHAMENTO / DEMOLIÇÃO / USO]

Fortaleza:	Ano		Localização
	Fundação / Construção	Fechamento / Demolição / Uso	
1. Santa Cruz (Ilha de Anhatomirim)	1739	Em uso para fins culturais, científicos e turísticos	Na ilha de Anhatomirim, junto à costa continental, fazendo frente para o forte de São José da Ponta Grossa
2. São José da Ponta Grossa	1740	Em uso para fins culturais e turísticos	Na porção noroeste da ilha de Santa Catarina, a aproximadamente 25 km do centro principal da cidade
3. Santo Antônio (Ilha de Raton Grande)	1740	Em uso para fins culturais e turísticos	Na ilha de Raton Grande, junto à costa noroeste da ilha de Santa Catarina, fazendo a triangulação com as fortalezas de São José da Ponta Grossa e Fortaleza de Santa Cruz
4. Nossa Senhora da Conceição (Ilha de Araçatuba)	1742	Em processo de restauração	Na ilha de Araçatuba, ao sul da Ilha de Santa Catarina
5. São Luiz da Praia de Fora	1771	1839	No bairro Praia de Fora, na porção central da costa oeste da Ilha de Santa Catarina, hoje parte do centro urbano principal (avenida Beira Mar Norte)
6. Bateria de São Caetano	1765	?	100 m a leste do Forte de São José da Ponta Grossa, na costa noroeste da Ilha de Santa Catarina
7. São Francisco Xavier	1761	1841	No bairro Praia de Fora, na porção central da costa oeste da Ilha de Santa Catarina, hoje parte do centro urbano principal (avenida Beira Mar Norte)
8. Santa Anna do Estreito	1761/1765	Em uso (funciona ali o museu militar)	Junto à cabeceira insular da ponte Hercílio Luz
9. Santa Bárbara da Villa	Anterior a 1786	Ocupado pela Marinha até recentemente. Atual sede da Fundação Franklin Cascaes	Localizado no centro urbano principal da Ilha de Santa Catarina, próximo à praça central; construído sobre uma pequena ilha. Atualmente ali se localiza a sede da Fundação Franklin Cascaes.
10. São João	1793	1880	No ponto de maior aproximação com a ilha de Santa Catarina, junto à cabeceira continental da ponte Hercílio Luz

FONTE: Zeferino, 1999.

Obs.: são assinaladas ainda a construção de outras três unidades (fortins), todas de difícil comprovação e localização, a saber: da Lagoa da Conceição, do Lessa, da Ponta das Almas (de Souza: 1981)

permanecendo, no entanto, o espírito da construção de uma nova sociedade por aqueles que, já miscigenados na nova cultura, se decidiram por continuar na terra prometida.⁴

Na Ilha de Santa Catarina e seu entorno, algumas fortalezas foram demolidas para dar lugar a novos propósitos de ocupação, e as que ficaram foram deixadas ao relento no silêncio da história. As fortalezas dormiam acomodadas na aconchegante geografia.

No dizer de Monjardino (1998), “De uma maneira geral, as ilhas do Atlântico Ocidental ligadas à expansão ibérica tinham de ressentir-se quando esta terminou e mesmo, de alguma maneira, se inverteu. Por isso e apesar dos progressos políticos trazidos pelo ideário liberal, o século XIX está nelas conotado com uma certa decadência. O seu uso estratégico sofreu, por outro lado, uma mudança de sujeito. A perda do protagonismo mundial que Portugal e Espanha outrora haviam exercido correu a par com o desaparecimento quase total de uma política marítima relevante por parte destes países.

Perdida, atenuada ou apenas suspensa a sua instrumentalidade, a estes arquipélagos restou voltarem-se para os seus recursos próprios potenciando-lhes na medida do possível o conhecimento e a utilização [...] Evidenciam a vulnerabilidade histórica das situações insulares que nunca conseguiram criar uma auto-suficiência senão às expensas de grande frugalidade [...] Mas a abertura ao mundo foi desenvolvendo conhecimento e criando necessidades novas.” (173-174)

O mar, todavia, escondeu surpresas, e as fortalezas permaneceram para uma nova defesa: a do contexto geo-econômico e histórico-cultural do contemporâneo, e este chegou mais cedo do que se esperava.

De repente, as novas composições sociais acordaram para o passado e para o lugar. Sentimentos topofílicos⁵ provocaram a gente das ilhas e de seus entornos para uma nova função, introduzindo-as na realidade de hoje. As que ficaram tinham um importante papel a desempenhar na economia, no estético e na construção de um novo espaço, cujas qualificações passaram a exigir a retomada dos valores

que o passado, com tanto esforço, havia produzido de forma tão concreta.

Lá se foram as imagens de uma organização anterior à Ponte Hercílio Luz. Outros agentes entraram em cena. No contemporâneo já não mais estão presentes as disputas entre portugueses e espanhóis, mas a benéfica relação entre seus descendentes latino-americanos de ascendência espanhola enriquecem o espaço local e regional no caloroso verão insular e da costa fronteiriça, onde vivem os descendentes dos portugueses continentais e insulares e os de outras origens étnicas e raciais. Já não mais estão ali os navios piratas para a rapina e nem os navios que traziam cientistas de uma só direção, mas são os negócios entre locais e visitantes que fazem a geografia local brilhar no contexto das relações econômicas e acadêmicas internacionais.

O efetivo original açoriano produziu seus rebentos, e a região passa assim, por um processo de ocupação e reorganização espacial nunca antes experimentado. As comunidades se multiplicam, e a população se expande, espacial e numericamente. Comunidades como Lagoa, Santo Antônio e Ribeirão da Ilha, por exemplo, assumem porte, e novas áreas são acessadas e têm fixadas edificações residenciais e públicas.

Na continuidade do tempo, a população, embora ainda incipiente, começa a dar mostras de volume e distribuição espacial. A contagem da população da Ilha alcança os seguintes resultados para os diversos anos: se em 1712 existiam 172 pessoas de confissão e em 1720 viviam aqui 130 pessoas (também de confissão), em 1750, já com a presença dos açorianos, viviam 5.152 indivíduos livres (Desterro: 3.056; Lagoa: 725 e Sto. Antônio: 1.371), em 1753, 7.983, em 1795, 9.160; em 1813, 11.154 e em 1840, 19.229.

O quadro nº 2 mostra o quantitativo e a distribuição espacial (a partir de 1920) da população na Ilha. Novas comunidades aparecem e se oficializam administrativamente.

QUADRO Nº 2 - ILHA DE SANTA CATARINA: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

ÁREA GEOGRÁFICA (2)	1872 (3)	1890	1900	1920	1940	1950 (4)	1960	1970	1980	1991	2000
Distrito Sede				18.549	25.014	51.317	73.889	100.702	153.652	192.075	228.869
Barra da Lagoa				-	-	-	-	-	-	-	4.331
Cachoeira do Bom Jesus				1856	1.727	1.518	228	1.845	3.070	4.509	12.808
Campeche				-	-	-	-	-	-	-	18.570
Canasvieiras				1.803	1.662	1.550	384	1.712	2.431	4.092	10.129
Ingleses do Rio Vermelho				-	-	2.726	400	1.733	2.695	5.862	16.514
Lagoa da Conceição				3030	3.251	3.589	420	4.150	7.821	14.794	9.849
Pântano do Sul				-	-	-	-	1.772	2.379	3.961	5.824
Ratones				-	670	666	358	692	902	1.080	2.871
Ribeirão da Ilha				4.422	4.589	4.365	1.387	3.602	6.404	14.228	20.392
São João do Rio Vermelho				2.616	2.332	-	-	833	1.223	1.864	6.791
Saco dos Limões				2.260	2.103	-	-	-	-	-	-
Santíssima Trindade				2.634	3.447	-	-	-	-	-	-
Santo Antônio de Lisboa				3077	1.976	1.899	519	2.972	7.294	12.925	5.367
Rural (5)				-	18.978	-	20.242	-	-	15.394	10.130
TOTAL	25.709	30.687	32.229	41.338	46.771	67.630	97.827	138.337	187.871	255.390	342.315

Fonte: IBGE - Diversos censos e sinopses.

Observações: a - Dada a ausência de contagem sistemática da população, alguns dados aparecem registrados por um ou outro autor ao longo da história, contemplando algumas datas específicas.

b - A partir dos anos 40, quando o bairro São João, então pertencente ao Município de São José, é incorporado a Florianópolis, com o nome de Estreito, a contagem da população passa a incluir aquela área também.

(1) Não foi realizado censo demográfico nos anos de 1910 e 1930.

(2) Os nomes dos lugares aparecem com grafias e composição diferentes em momentos diversos.

(3) Para 1862, Rey (1877) registra 21.136 habitantes para a Ilha de Santa Catarina (Vila do Desterro: 6.353 habitantes).

(4) A partir do censo de 1950, o distrito sede inclui a população do Estreito (anexado em 1943, quando tinha o nome de João Pessoa)

(5) As quadrículas correspondentes à população rural, quando tracejadas, se referem aos levantamentos que incluem a população rural na população total do município.



Antigo Forte de Santa Bárbara

Acompanhando tal processo, uma rede de estradas é implantada, algumas derivando de velhos caminhos, outras resultando da nova demanda. As mudanças socio econômicas, espaciais e tecnológicas passaram a impor uma nova organização dos espaços locais.

As fotografias aéreas de 1957 e 1977 mostram bem tais mudanças. Se em 1957 as fotos mostram pouca ou nenhuma presença humana em grande parte do interior do município, principalmente na sua porção insular, em 1977 as estradas (muitas já asfaltadas) avançam céleres sobre o interior do território municipal.

A primeira parte do século XX testemunha o dobrar da população. Fato particular neste sentido é a incorporação de parte do município de São José (Bairro João Pessoa) pelo município de Florianópolis, em 1943, formando o bairro do Estreito. No entanto, a Ilha continua sendo o principal centro demográfico do município.

Com a população ultrapassando a meia centena de milhares de habitantes, planos de ordenamento espacial começam a ser pensados, como o desenvolvido na administração de Paulo Fontes. As estradas, agora consolidadas, fazem a ligação definitiva dos diversos lugares e contribuem para o aumento significativo das trocas face à multiplicação dos pontos de demanda e oferta de bens e serviços. A acessibilidade espacial é mais do que nunca colocada à disposição da população, e muitos vêem nesse fato uma oportunidade de investimento e relocação de residência por interesses econômicos.

O município se prepara para o advento da modernidade. As administrações tomam consciência das mudanças dos problemas, das demandas, e passam a investir em planejamento.

No interior da Ilha as comunidades parecem paradas, mas só até terem início os processos que viriam perturbá-las, principalmente a partir dos anos setenta. Tais observações podem ser visualizadas nas composições fotográficas referentes aos anos de 1938, 1957, 1977, 1994 e 2002, incluídas neste Atlas.

O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, IPUF,

assume importante papel na produção de informações, no preparo de instrumentos técnicos e na própria condução do processo do planejamento urbano e da organização espacial.

Os planos diretores do distrito central e dos balneários são debatidos de forma participativa nas diversas instâncias e comunidades, elevando o nível de compreensão dos problemas e potencialidades, não somente locais, mas também regionais, já que, agora, Florianópolis tem um complexo urbano que alcança a casa dos 800.000 indivíduos (Região Metropolitana) e, definitivamente, vive de forma interativa com as demais aglomerações urbanas da chamada *core area* da Região Metropolitana, (composta pela parte conurbada incluindo 22 municípios, entre os quais estão São José, Palhoça, Santo Amaro, Biguaçu e Gov. Celso Ramos).

No município, ilha e continente conjuntamente, a expansão dos diversos sítios urbanos aumenta significativamente, alguns assustadoramente, exigindo estudos e intervenções urgentes. A *fotografia* do espaço em consideração, permitida desde 1938 por tecnologias criadas no século XX, mostra uma nova face (ver composições cartográficas referentes aos anos de 1938, 1957, 1977, 1994 e 2002). A seqüência de desenhos, mostrada adiante, reflete tal processo.

As favelas, antes limitadas ao distrito central, agora se espalham. As ocupações irregulares em áreas de preservação e de risco ampliam-se, e acentua-se a desconformidade com a lei. Medidas corretivas, tanto prescritivas quanto preventivas, são pensadas e postas em prática, algumas inoperantes, outras bem sucedidas.

Governo e comunidade parecem assinar um pacto de reconhecimento mútuo quanto à realidade vivida, mas sem chegar a um acordo final de cooperação: problemas de toda ordem, como culturais, ideológicos, partidários, financeiros, técnicos e etc. Acabam por interferir no processo e impedindo o bom êxito de algumas propostas, mas, por outro lado, contribuem para ampliar o conhecimento das questões trabalhadas.

A ação do governo concretiza-se através de programas como o Habitar-Brasil/BID, cujas premissas passam pela requalificação das comunidades consideradas subnormais do ponto de vista de suas condições sociais, ambientais, infra-estruturais e legais.

O chamado interior da ilha passa por uma verdadeira transformação na sua organização espacial, tendo desestabilizada sua forma tradicional de vida na medida em que adota componentes de um novo modelo pautado nos valores modernos da globalização, ao mesmo tempo que reflete as contradições de um sistema que não resolveu problemas básicos como habitação, emprego, infra-estrutura básica e etc. para uma parcela da população. As últimas administrações, todavia, possibilitaram intervenções maiores que têm mudado significativamente a fisiologia da comunidade.

Soluções, algumas não tão visíveis, como as mudanças no ensino (incluindo uma moderna estrutura de unidades escolares) e o sistema de atendimento na área da saúde, têm marcado o esforço governamental, outras, visíveis, como as realizações na infra-estrutura viária, transporte, esgoto e etc. têm elevado a qualificação física e funcional das comunidades, ao mesmo tempo em que têm aumentado o conforto da população. Tais alterações podem ser melhor observadas nas fotografias a partir de 1977.

Florianópolis - Ilha de Santa Catarina e seu entorno continental - registra, nos dias de hoje, o resultado inerente à ocupação de espaços privilegiados pela natureza que, por si só, atraem aqueles que buscam se assentar para fins residenciais e de trabalho. Todos querem um *pedacinho de terra*, todos buscam a sua *ilha da fantasia*.

VISTA DAS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM DO CENTRO DE FLORIANÓPOLIS

ORIGEM



1866



1966



1974



1986



Desenhos de Aldo Nunes

RESERVADOS OS DIREITOS DE AUTORIA E USO
IPUF INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS



Análise Histórico-Cultural do Município de Florianópolis

Eliane Veiga

O Município de Florianópolis apresenta um diversificado elenco de contribuições culturais, que engloba povos pré-cabralinos, cujos últimos remanescentes são índios descendentes dos Tupi-guarani, bandeirantes vicentistas, imigrantes açorianos e escravos africanos. A esta base étnica e cultural somaram-se, a partir do século dezanove, alemães, poloneses, italianos, gregos e libaneses. O panorama cultural manteve certa estabilidade até os anos 70, quando os fenômenos da urbanização e da cultura de massas provocaram alterações significativas nas expressões culturais materiais e imateriais. Neste novo milênio que se inicia, em face da globalização, da busca por melhores condições de vida e dos novos fenômenos migratórios, outros aportes humanos vêm gerando transformações e impactando a realidade local. Indivíduos provenientes de países da América do Sul e especialmente de estados brasileiros como Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná trazem outras referências, que vêm somar-se ao quadro dinâmico que a cultura representa.

Povos pré-cabralinos

A Ilha de Santa Catarina e as ilhas adjacentes possuem uma das maiores concentrações de sítios arqueológicos do Brasil, entre sambaquis, oficinas líticas e inscrições rupestres, que remontam a uma ocupação anterior aos Carijós. Pesquisas arqueológicas iniciadas na década de 40 permitem esboçar aspectos da história pré-colonial da Ilha de Santa Catarina, abrangendo um período de aproximadamente 5.000 anos. Nesse tempo, grupos sucessivos deixaram vestígios de suas vivências em diversos pontos da Ilha.

Como os primeiros habitantes da Ilha de Santa Catarina e adjacências eram pescadores, caçadores, coletores¹ e ceramistas², os sítios arqueológicos podem estar relacionados a locais de acampamentos temporários, de exercícios de trabalho e de rituais. Nesstes locais são encontrados sambaquis, sepultamentos, oficinas líticas de polimento e inscrições rupestres. Por volta de dois mil anos atrás, grupos de tradição Itararé, originários do Planalto Catarinense, deslocaram-se para o litoral, deixando também a sua herança, como ceramistas.

Mas os últimos remanescentes dessas culturas pré-cabralinas no litoral catarinense foram centenas de milhares de indivíduos dos grupos indígenas de tradição Guarani. Esse povo essencialmente agricultor (plantava mandioca, cará, abóbora, milho, algodão, pimenta, inhame e tabaco) destacou-se pela produção de cerâmica, mais elaborada e variada nas formas, tamanhos e finalidades, para uso doméstico e também para rituais funerários. Os Guaranis foram chamados Carijós pelos colonizadores portugueses, a partir do século XVI. Nessa época, teve início o declínio demográfico desses povos³, sucumbindo à tecnologia bélica européia ao choque cultural e por doenças como gripe, tuberculose, varíola, tifo, malária e sarampo, entre outras. Entretanto, na Grande Florianópolis, ainda permanecem vestígios marcantes da contribuição cultural dos Carijós, através das lendas lembradas pela tradição oral, das práticas artesanais, como a cerâmica e a cestaria, da contribuição tecnológica para a criação do engenho de farinha de mandioca, das canoas de garapuvu, da homeopatia e da gastronomia (especialmente à base de milho e

mandioca), da toponímia Tupi-guarani e do vocabulário em geral (Itaguaçu, Itacorubi, Cacupé, Caiacanga, biguá, bijú, tipiti e tipitinga são exemplos). Essa herança foi assimilada pelos colonizadores açorianos, que se estabeleceram na região anteriormente ocupada pelos indígenas.

Ao estudar os vestígios materiais e as formas de vida dos grupos humanos, o arqueólogo e o antropólogo procuram compreender como eles se organizavam, quantas pessoas os compunham, como se relacionavam com o meio ambiente e com outros grupos culturalmente aparentados ou diferenciados, além de conhecer aspectos da sua tecnologia. São contribuições importantes, pois levantam questões sobre a preservação da socio diversidade e do meio ambiente. A destruição dos sítios arqueológicos da Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes ainda ocorre e é causada, em parte, pelo desconhecimento que a sociedade tem a respeito do trabalho realizado pelos arqueólogos e antropólogos e da importância cultural destes vestígios e também, devido aos efeitos nefastos da especulação imobiliária desenfreada. Da mesma forma, os povos indígenas remanescentes estão em franco declínio, por razões diversas, entre as quais incluem-se os fenômenos da aculturação, as doenças e a insuficiência dos mecanismos de preservação das heranças socio culturais tradicionais. Hoje, descendentes dos índios Guarani vivem na região da Grande Florianópolis em pequenas comunidades localizadas às margens da BR-101, nos municípios de Palhoça e Biguaçu. Sua agricultura é de subsistência. Produzem e comercializam, no centro da capital, peças de artesanato tramadas em fibras vegetais e talhadas em madeira.

Vicentistas

A chegada do bandeirante paulista Francisco Dias Velho à Ilha de Santa Catarina, provavelmente no ano de 1673, representa o início da fase de consolidação do ascendente império português, que se consagraria na região com a elevação ao status de Vila de Nossa Senhora do Desterro, em 1726, e com o estabelecimento da sede da Capitania de Santa Catarina, na Ilha do mesmo nome, em 1738⁴. Além de força política e militar, os vicentistas e os portugueses do continente organizaram a instalação da Igreja, as estruturas civis e militares, a



Artesanato Guarani vendido nas ruas do centro de Florianópolis



Escultura do fundador Francisco Dias Velho



Engenho de farinha de mandioca

instituição da moeda e dos títulos de posse e propriedade e impuseram uma dinâmica européia ao modo de vida local, solapando pouco a pouco as características da organização indígena.

Açorianos

Ao longo dos 500 quilômetros de litoral catarinense ocorreu, a partir de 1748, o desenvolvimento de uma cultura típica, originária do Arquipélago dos Açores, em Portugal. Aproximadamente 6.000 açorianos e meia centena de madeirenses chegaram à Ilha de Santa Catarina entre 1748 e 1756, representando significativo impacto demográfico, pois, nessa época, a Ilha possuía uma população que não ultrapassava 500 indivíduos. A grande maioria desses colonos se estabeleceu no litoral de Santa Catarina, fundando ou consolidando diversas freguesias, e algumas famílias migraram para o Rio Grande do Sul.

Esses povoadores, ainda que descendentes de portugueses continentais, quando vieram para o Sul do Brasil, em meados do Século XVIII, já haviam desenvolvido, naquele Arquipélago, ao longo de mais de 200 anos de história, uma evolução socio demográfica e cultural, distinta da cultura portuguesa continental em muitos aspectos⁵.

Os açorianos, que contribuiriam definitivamente, até pelo significativo contingente numérico, para a definição de um quadro cultural, cujas características ainda são predominantes em Florianópolis, constituíram-se em uma força cultivadora da tradição e assentadora de hábitos e costumes que representam a herança de uma síntese cultural proveniente da Europa Medieval⁶.

A sua descendência influenciou de forma decisiva a feição dos padrões socio culturais da região, percebendo-se essas características até a atualidade, manifestas num modo peculiar de viver os seus costumes, como, por exemplo, nas cantorias, nas danças e nos folguedos, na linguagem oral e escrita, na religiosidade, na mitologia, nas lendas e crendices, nas festas populares, no artesanato, na medicina e na ciência popular.

Nas últimas décadas do século XX, por diversos fatores, assistiu-se a um processo acelerado de transformação dos padrões culturais ao longo de todo o litoral catarinense. Tais transformações produziram um distanciamento progressivo dos descendentes de açorianos (que representam as 7ª e 8ª gerações daqueles povoadores) e de sua cultura de origem. Mesmo assim, verificam-se expressões da cultura de base açoriana na persistência de vocábulos portugueses do século XVI e na presença da renda de bilro, já desaparecida há quatrocentos anos do

litoral europeu, assim como no imaginário ilhéu, povoado por bruxas e lobisomens⁷.

Nas manifestações diversas da arte popular e das técnicas de produção destacam-se o artesanato (trançados de redes, rendas e tramóias, tapeçarias de tear e confecção de esteiras, balaios e gaiolas); a culinária (pratos à base de peixes, moluscos e crustáceos e o uso da farinha de mandioca esta uma herança Carijó⁸); a medicina (uso de ervas medicinais e benzeduras) e a "ciência popular" (conhecimentos empíricos e intuitivos de meteorologia e astronomia).

No seu processo de adaptação os açorianos absorveram o processo de cultivo da mandioca, de tradição Carijó, e de construção do engenho de farinha, fundindo elementos do moinho de vento e da atafona empregados nos Açores com soluções indígenas, como os tipitis. Outra grande expressão dentre as técnicas e os artefatos assimilados é a canoa de garapuvu, herança indígena.

Na literatura popular, Florianópolis herdou dos açorianos as quadrinhas, o pão-por-Deus, provérbios, adivinhações e orações, além das cantigas e lendas. E há o traço muito singular da linguagem oral, que se caracteriza por um som cantado e por uma alta velocidade de flexão de voz. As expressões que enriquecem o vocabulário do ilhéu florianopolitano, por sua vez, são inúmeras, perfeitamente incorporadas ao cotidiano local⁹.

Nas danças e folguedos típicos, destaca-se a Ratoeira, expressão da cultura tradicional do município já quase desaparecida. Ainda é comum encontrar, nas localidades do interior da Ilha de Santa Catarina, cidadãos acima de 50 anos que se recordam nitidamente desses bailes típicos. Até a década de 70, a Ratoeira era dançada em praticamente todas as escolas de primeiro grau, nos intervalos das aulas. Seu desaparecimento fulminante é atribuído à chegada da televisão e da cultura massificada à Ilha.

A dança do Pau de Fita, encontrada em Florianópolis é originária dos Açores. Trata-se de uma coreografia, na qual oito a onze casais evoluem, trançando e destrançando fitas coloridas presas a um mastro. As músicas são quadrinhas populares de teor ingênuo. O hábito era comum no interior da Ilha de Santa Catarina, mas, atualmente, é manifestação de ocorrência limitada a eventos incentivados.

Já o folguedo do Boi-de-Mamão alcançou, contemporaneamente, grande expressão entre as manifestações da cultura de Florianópolis. Brincadeira que envolve dança e cantoria, é semelhante as encontradas em diversas partes do país, como o boi-pintadinho, bumba-meu-boi e o boi-bumbá, entre outros. O boi é a figura principal do folguedo; ele morre durante a apresentação e é



Dança do Pau de Fita



Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes - Praia dos Ingleses

ressuscitado com o auxílio de um médico benzedor. A bernunça é uma figura fantástica, que investe contra o público, engolindo crianças e, em seguida, parindo uma pequena bernunça. A Maricota é uma boneca em forma de mulher altíssima, que rodopia desengonçada, com seus longos braços esbarrando nos observadores mais próximos. O cavalinho com seu cavaleiro, laça e recolhe o boi, que investe ameaçador. A cabrinha tem uma dança mais ligeira e há ainda personagens outros, como urso, urubu, macaco, etc., variando de região para região.

É correto dizer que a cultura de Florianópolis é de base açoriana e que a sua arquitetura é luso-brasileira, semelhante à que se produziu em todo o Brasil Colônia. O colonizador açoriano escolheu sítios específicos para a sua instalação na Ilha de Santa Catarina e em todo o litoral sul do Brasil. A maioria eram portos naturais abrigados em baías, situados em posições estratégicas para a defesa, próximos de fontes de água potável e em solos firmes e férteis.

Em todos esses lugares vamos encontrar traços urbanísticos e arquitetônicos comuns, diferenciados apenas pela maior simplicidade de alguns e o maior requinte e dimensão de outros. São semelhantes na estrutura e na disposição das suas praças, de traçado retangular, tendo a igreja na cabeceira e habitações distribuídas pelas laterais, com lugar de destaque para as Casas de Câmara e para a Cadeia. A praça é o núcleo gerador de onde partem as demais ruas, conformando um traçado xadrez.

Na arquitetura, não se pode afirmar existir uma influência açoriana direta no que aqui se construiu, mesmo porque a gênese das edificações luso-açorianas e luso-brasileiras é a mesma: Portugal continental. A arquitetura regional de origem rural mais comum nas Ilhas dos Açores era a casa coberta de palha ou telhas de barro, mas feita em pedra vulcânica, o que no Brasil não existiu.

O agricultor açoriano que imigrou para o sul do Brasil adaptou-se à atividade pesqueira e à agricultura de subsistência, além de ser recrutado para trabalhar nos fortes e quartéis. Construiu, inicialmente, habitações de pau-a-pique técnica já empregada pelos indígenas - posteriormente substituídas pela arquitetura em pedra e cal. Também as divisões internas das moradia são distintas lá e cá.

Destacavam-se, nas casas antigas das Ilhas dos Açores, fogões e chaminés típicos, que não são encontrados aqui. Mas alguns detalhes construtivos de origem portuguesa continental muito utilizados tornaram-se emblemáticos e são freqüentemente associados à morada açoriano-brasileira, como o teto de telhas vãs, sem forro, e a terminação em peito de pomba nos beirais das edificações mais requintadas. Já os sobrados das áreas urbanas seguiram o padrão português, tanto nos

Açores quanto no Brasil e nas demais colônias portuguesas. (VEIGA, 2001:85-132)

Hoje, nos principais núcleos de fundação açoriana de Florianópolis evidenciam-se o traçado das ruas, a igreja, a praça e algum casario que já apresenta na sua arquitetura a superposição de diversos momentos históricos, tendo como base o modelo colonial luso-brasileiro.

O modelo arquitetônico encontrado em Florianópolis e que remete aos Açores é o Império do Espírito Santo, fortemente ligado à tradição religiosa ainda presente naquele arquipélago. Aliás, dentre os valores culturais mais vivos destaca-se, sobretudo, a religiosidade, no âmbito da qual as festas representam um capítulo à parte, marca expressiva da cultura lusitana do Arquipélago Açoriano e do continente português, que o povo brasileiro absorveu totalmente, e que foi dominante em Florianópolis.

Dentre as principais festas religiosas¹⁰ ainda em prática estão a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, a Festa de São Sebastião, a Procissão do Senhor Jesus dos Passos e a de Corpus Christi, a Festa de Nossa Senhora da Lapa e a Festa do Divino Espírito Santo. Outra festa muito importante foi a festa da Santíssima Trindade, descrita detalhadamente, em 1900, por Virgílio Várzea, como uma das mais populares de Florianópolis, para onde afluíam pessoas de toda a Ilha de Santa Catarina desde a véspera, superando as dificuldades de transporte e a precariedade das estradas. Nos anos 70, a massificação da cultura e a relação estabelecida entre a festa e o produto até então mais popular - a laranja - foi mudando a sua conotação e hoje, já totalmente descaracterizada, é conhecida como Festa da Laranja.

A Festa de Nossa Senhora dos Navegantes era a festa mais cultivada, depois da do Espírito Santo, ao longo de todo o litoral catarinense. Em Florianópolis ela ainda ocorre, com renovada energia, especial devoção e envolvimento das comunidades, notadamente na Lagoa da Conceição, em Ingleses do Rio Vermelho, na Costeira do Ribeirão e no Pântano do Sul. Na Praia dos Ingleses, ocorre anualmente, no mês de janeiro, a festa dedicada a Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira do lugar. O evento, que antigamente atraía devotos vindos do Rio Vermelho, Aranhas, Ponta das Canas e por terra, a pé ou em carros de boi, e por mar, em canoas e baleeiras, hoje é assistido por devotos e curiosos, turistas e jornalistas, sendo considerado ainda uma festividade muito tradicional. O mesmo ocorre na Lagoa da Conceição. Nas duas localidades, a imagem da Santa, padroeira dos pescadores, é colocada sobre um andor, enfeitado com flores, que é carregado por terra ainda ao longo da praia (Ingleses) ou hoje pela estrada paralela à praia (Lagoa), até as embarcações atracadas num ancoradouro. Dali a procissão de



Casa do Divino Espírito Santo - Trindade



Bandeira do Divino Espírito Santo

centenária, que ocorria em 20 de janeiro e percorria várias ruas da cidade, caiu no esquecimento por várias décadas, tendo sido retomada com mais vigor a partir dos anos 90, embora com o trajeto modificado.

A Procissão do Senhor Jesus dos Passos reafirma uma devoção, espiritualidade que se comprova com a multiprocissão, no caminho de sofrimento, crucificação, morte e ressurreição de Cristo, esta prática se realiza durante a Semana Santa, segundo o Calendário Litúrgico da Igreja Católica, e contagia fiéis de todo mundo há vários séculos.

Do século XIV ao XVIII, aproximadamente, em Portugal, a Procissão se firmou nas Quintas-Feiras da semana anterior ao Domingo de Ramos. Nos Açores, de onde se transferiu à Ilha de Santa Catarina, a procissão ocorria e ocorre ainda hoje em várias Capelas e Freguesias das diversas ilhas, em dias diferentes da semana anterior à Semana Santa.

Em Florianópolis, antiga Desterro, a primeira celebração teria acontecido em 1766, em uma Quinta-Feira, dois anos após a chegada da imagem a Desterro e da fundação da confraria "Irmandade do Senhor Jesus dos Passos". A Procissão do Senhor Jesus dos Passos, em Florianópolis, pouco mudou durante todo este tempo e ainda representa um momento de profunda religiosidade popular, particularmente visível nos símbolos e rituais da preparação e celebração, sendo considerada a maior festa de fé e religiosidade popular de Santa Catarina. Apresenta três momentos importantes: a *Lavação*, a *Transladação* e a *Procissão*.

Quinze dias antes da Sexta-Feira Santa ocorre a *lavação da imagem do Nosso Senhor Jesus dos Passos*, realizada por duas crianças, que passam um pano embebido em água perfumada nos pés, rosto e mãos da imagem. Em seguida, ela é preparada e vestida por quatro senhores, membros da Irmandade. A água perfumada e benta é distribuída entre as pessoas.

Na manhã do sábado da quinta semana da Quaresma, após a missa, acontece a Procissão do Carregador. Começa com a mudança das alfaias (castiçais, mesas, suportes, escadinha de Verônica, baús e crucifixos), da Capela do Menino Deus para a Catedral, de onde sairá a procissão, no dia seguinte. No mesmo dia, à noite, são *transladadas as imagens de Nosso Senhor Jesus dos Passos* (às 20h) e *Nossa Senhora das Dores* (às 21h e 30min) com expressivo acompanhamento de Irmãos e devotos.

No domingo à tarde, as duas imagens saem da Catedral, fazendo trajetos diferentes, acompanhadas por autoridades e grande número de populares. Integram o cortejo pessoas da comunidade representando as figuras de José de Arimatéia, Nicodemos, São João, Maria Mãe, Maria Madalena, Simão Cirineu, três beás e Verônica, que acompanham Cristo em direção ao Monte Calvário. O cortejo é aberto por um

estandarte chamado Guião, onde se lê a sigla S.P.Q.R. - *Senado de Todo o Povo Romano* - e segue, então, reconstituindo os passos do Calvário, a "Via Crucis". Junto ao cortejo verifica-se, também, a presença de pessoas "pagadoras de promessas", numa comovente atitude de fé e amor ao Senhor Jesus dos Passos. A Procissão pára algumas vezes representando as "estações da Via Crucis". Num desses momentos, Verônica canta, anunciando a dor de Cristo. Após o canto, a matraca (instrumento de madeira e ferro) é tocada e o cortejo prossegue.

Ao atingir a Catedral Metropolitana, dá-se o comovente "Encontro" das duas imagens: Nosso Senhor Jesus dos Passos - o Filho - e Nossa Senhora das Dores - a Mãe. É proferido o "Sermão do Encontro" pela autoridade eclesiástica. Após esse ato, as duas procissões se unificam e seguem em direção à Capela do Menino Deus, simbolizando o Monte Calvário. Encerra-se, assim, a Procissão, um dos símbolos que se destacam no Patrimônio Imaterial da cidade de Florianópolis, comovente testemunho de fé e devoção, que se transmite de geração a geração.

Outra festa religiosa muito tradicional é a de Nossa Senhora da Lapa, que ocorre no Ribeirão da Ilha, em Florianópolis. É, ainda hoje um dos cultos mais populares e tradicionais de Portugal. Diz-se que uma menina pastora, muda, encontrou uma imagem da Virgem nos montes e levou-a para casa. A mãe desprezou a estátua e lançou-a para a lareira. A menina, falando pela primeira vez na vida, pediu à mãe que não queimasse a imagem. Na Serra da Lapa, em Portugal, encontramos a capela de Nossa Senhora da Lapa, construída já no século XVII pelos jesuítas. Mas o culto é muito anterior, havendo quem o remeta ao século X, quando as investidas dos mouros fizeram com que a população cristã tivesse escondido uma imagem da Virgem numa gruta ou "lapa". Muitas histórias, lendas e milagres cercam essa tradição religiosa, que alcançou os Açores e veio para Florianópolis com os imigrantes, no século XVIII. A primitiva igreja do Ribeirão da Ilha foi construída em 1763, em devoção à Nossa Senhora da Lapa. Posteriormente, o nome foi dado à Igreja da Freguesia, concluída em 1806, de onde sai anualmente a centenária procissão com uma pequena imagem da santa sobre o andor.

O Terno de Reis também é uma expressão da religiosidade popular de tradição açoriana, que se realiza anualmente no dia 6 de janeiro. O grupo, acompanhado por violão, acordeão e rabeca, posta-se à frente de cada casa visitada e faz a cantoria, liderada por um mestre cantador. No intervalo, adentram a casa, onde são recepcionados pelos moradores. Reiniciam o canto, fazem as despedidas e prosseguem. Em Florianópolis os mesmos grupos de cantores fazem os ternos de Natal, Ano Novo, São Sebastião (16 de Janeiro) e Santo Amaro (20 de Janeiro). Os Ternos de Reis mantiveram importante resistência durante os dois



Tapete da Procissão de Corpus Christi



Procissão do Senhor dos Passos - 1997

barcos, enfeitados com arcos floridos, prossegue por mar, ao som de um foguetório, e retorna à terra. A procissão segue de volta à igreja, sempre liderada pelo padre, que dá início às orações, acompanhado pelos coroinhas, pelos fiéis e pela comunidade, que reza e observa o momento solene. A missa, com a Santa em local de destaque, encerra o evento religioso e dá início à festa popular, com barraquinhas, comida e música.

A Festa do Divino Espírito Santo também já foi comemoração comum, em Ingleses e em muitas comunidades. Ao se aproximar a época da pesca artesanal da tainha, os pescadores traziam a bandeira do Divino Espírito Santo da igreja de São João Batista do Rio Vermelho até Ingleses, presa num mastro bem alto. Quando chegavam à porta do rancho, as embarcações eram enfeitadas com flores e bandeiras. Faziam-se pipocar foguetes e procediam-se às rezas na Capela do Sagrado Coração de Jesus. Hoje, a bandeira do Divino é recebida por poucas famílias e não há mais festividades com as embarcações. Entretanto, a festa ainda ocorre com grande expressividade na Lagoa da Conceição¹¹, em Santo Antônio de Lisboa, no Ribeirão da Ilha e no centro de Florianópolis, em datas distintas ao longo do ano, cabendo destacar que no centro a festa teve novo impulso nos últimos anos graças às parcerias estabelecidas entre a Irmandade do Divino Espírito Santo, as instituições de ensino e a Prefeitura.

A religiosidade, uma das marcas mais expressivas que a cultura portuguesa legou ao Brasil manifesta-se de várias maneiras¹². Em Santa Catarina, o culto religioso teve origem no século XVIII, com a chegada dos açorianos (1748/1756). De lá até hoje, a prática sofreu influências de outras etnias que aqui se estabeleceram, incorporando novos elementos, mas sem perder a sua essência, preservando os símbolos, elementos e conceitos do culto.

Nas festas do Divino que ocorrem nos Açores ainda há a distribuição do "bodo" (pão, carne e vinho) para pessoas de todas as classes, simbolizando a fraternidade e a igualdade, que são a essência da festa. No Brasil esse gesto se perdeu ao longo do tempo, especialmente após a proclamação da República, quando o Estado deixou de manter a Igreja. A partir de então as festas religiosas passaram a ter que dar lucros para manter a estrutura das paróquias. Hoje, a festa religiosa que traz mais recursos para as paróquias locais é a do Divino Espírito Santo, que é justamente aquela a que as comunidades têm grande devoção e louvor.

Em Florianópolis três, Irmandades do Divino Espírito Santo ainda resistem ao tempo e, em parceria com a Igreja, organizam as Festas: a Irmandade do Divino Espírito Santo, fundada em 1773 e até hoje responsável pela organização da festa da capela do Divino Espírito Santo de Florianópolis; a Irmandade do Divino Espírito Santo de Santo

Antônio de Lisboa, fundada em 1927 (após a fusão de outras três) e atualmente responsável pela Festa do Divino da Paróquia de Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio de Lisboa; e a terceira, que é a Irmandade do Divino Espírito Santo da Paróquia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, cujos registros de funcionamento e organização de festas datam de 1860.¹³

Nas festas em louvor ao Divino Espírito Santo a comunidade, em conjunto com a Igreja, organiza e faz a festa acontecer. Por isso, sempre caminham juntos o sagrado e o profano. Os devotos do Divino pagam suas promessas, fazem oferendas, rezam e mostram a sua devoção à terceira pessoa da Santíssima Trindade, mas também nunca esquecem de se divertir com danças, folguedos e muitas atrações. Nas festas de Florianópolis, as "Folias do Divino" ou "Cantorias do Divino" comandam o peditério, conduzem o cortejo, entram na igreja tocando e cantando, inclusive dão ao padre o sinal para começar a missa e fazem também a coroação. Essas Folias estiveram em declínio nos anos 80 mas, nos últimos anos, por força da mídia, da organização das comunidades em parceria com o poder público e das instituições privadas, voltaram a se revestir de pompa e envolvimento popular.

A Coroa do Divino Espírito Santo, símbolo mais imponente do culto, é originalmente confeccionada em prata e mantendo a característica das coroas do império português com apenas quatro imperiais. As únicas igrejas em Santa Catarina que ainda preservam suas coroas originais são a de Nossa Senhora da Lapa, no Ribeirão da Ilha, e do Divino Espírito Santo, em Florianópolis. A coroa imperial e outros símbolos do culto ao Divino Espírito Santo ficam expostos à visitação e veneração nos Impérios do Divino. Em Santa Catarina subsistem apenas cinco dessas edificações, todas em Florianópolis: na antiga freguesia de Nossa Senhora da Lapa no Ribeirão da Ilha, e nas localidades de São João do Rio Vermelho, Campeche, Trindade e Lagoa da Conceição.

Em Florianópolis persiste a crença de que nos dias de festa, quem tocar a bandeira ou beijar a Pomba do Divino receberá uma graça do Espírito Santo. Nesses dias, os devotos fazem questão de levar as massas de promessas para casa, e muitos cortam pedaços das fitas da bandeira como simpatia, para se aliviarem de qualquer mal futuro. Nos Açores, a devoção à terceira pessoa da Santíssima Trindade também é extremamente forte.

A Festa de São Sebastião é comemorada entre os dias 17 e 20 de janeiro, em Florianópolis, há 148 anos, desde que existe a capela de São Sebastião da Praia de Fora, fundada em 17 de março de 1856, como homenagem ao santo protetor dos doentes. A cidade de Nossa Senhora do Desterro era inclusive dividida em duas áreas, sendo que a antiga Praia de Fora era vinculada à proteção de São Sebastião. A procissão

séculos e meio de permanência em Florianópolis. Constatam do calendário oficial de eventos culturais do município e seu repertório musical foi gravado em CD, em 2004.

Como terceira vertente cultural de Florianópolis, compondo o mosaico étnico cultural de base iniciado no período da Colonização do Brasil, temos o importante contributo dos escravos africanos e dos afrodescendentes. Formas de magia, crença em assombrações, danças, cultos e rituais religiosos estão entre as suas principais manifestações.

O Cacumbi, por exemplo, é manifestação da cultura popular afro-brasileira e simbolizava, originalmente, uma guerra entre duas nações negras. No sincretismo religioso brasileiro, a dança se integrou ao culto de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, com sua apresentação ocorrendo na véspera ou no dia desses santos, no interior das respectivas igrejas. Em Florianópolis, essa manifestação declinou progressivamente durante o século XX, a ponto de, em 1995, ter sido registrado um único grupo de Cacumbi. A dança é executada por homens trajando calças azuis, camisas e sapatos brancos, e chapéus enfeitados por fitas. Simbolizam marinheiros, e o chamador do canto é o capitão. As marchas são acompanhadas por tambores e pandeiros. Nas letras, há expressões trazidas de dialetos africanos.

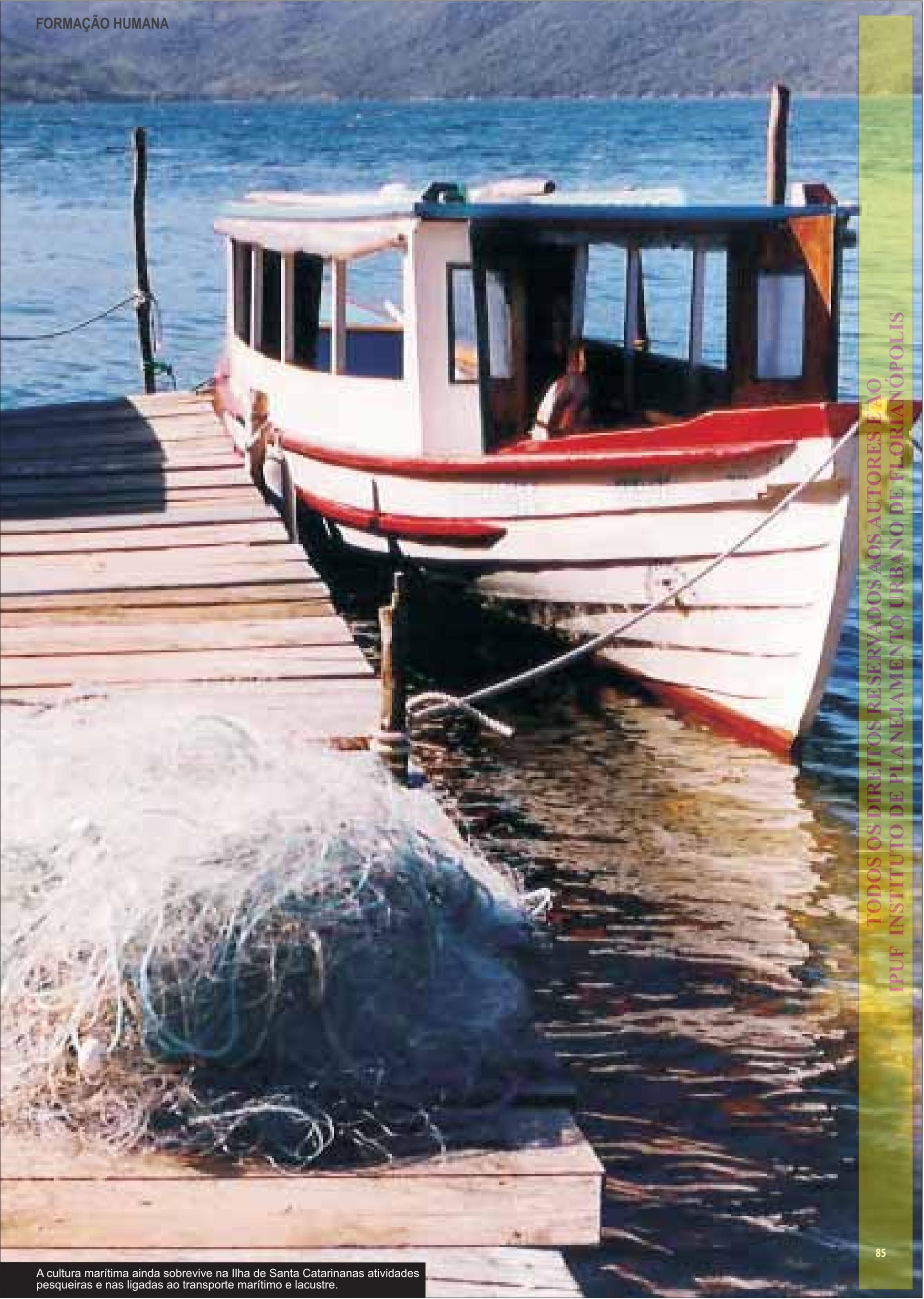
As manifestações culturais tradicionais e as paisagens culturais mantiveram-se bastante preservadas no centro da cidade até os anos 20. Os jornais, as revistas, o rádio, as novidades trazidas pelo porto de Florianópolis e, a partir de 1926, o acesso facilitado ao Continente pela ponte Hercílio Luz, foram, pouco a pouco, tirando a capital do isolamento e provocando mudanças. Já no interior da Ilha, os hábitos e costumes permaneceram praticamente inalterados até os anos 60 do século XX. Pesquisadores como Franklin Cascaes e o P. João Alfredo Rohr, por exemplo, registraram em textos, fotografias, desenhos e esculturas de representações do cotidiano de Florianópolis as contribuições dos índios, brancos e negros para a base da cultura local. Suas investigações salientavam que as culturas primeiras de Florianópolis estavam ameaçadas pela aculturação, pelas mudanças de hábitos e pela modernização da cidade.

Nos anos 60, a melhoria progressiva das condições das estradas para o interior da Ilha tirou muitas localidades do isolamento e facilitou o contato com a maneira de viver urbana. Os costumes foram se perdendo. O acesso à energia elétrica e aos bens de consumo, como o rádio, a televisão, o fogão a gás, a geladeira e o automóvel, promoveu mudanças culturais. A partir dos anos 70, o atrativo representado pelas zonas balneárias tais como Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha, Ingleses e Canasvieiras colocou novos hábitos urbanos da cultura de massa nesses locais. Isto acelerou ainda mais as mudanças, ainda com o aporte de novos fluxos populacionais, atraídos pela instalação de universidades e empresas, como a Eletrosul e a Telesc. Dentre as instituições municipais, a criação da Fundação Cultural de Florianópolis - Franklin Cascaes, em 1987, representou, por um lado, o registro das manifestações culturais sobreviventes e ameaçadas e, por outro, a tentativa de manter paisagens culturais preservadas e manifestações culturais em atividade.

Atualmente, na política cultural do município, o resgate e a valorização da identidade são exercidos através da preservação dos bens culturais urbano-arquitetônicos, e dos acervos documentais, da valorização das práticas culturais tradicionais e de um expressivo calendário de eventos culturais. Entre as festividades e eventos que refletem esses valores estão: as Quintas Culturais, os Encontros de Terno de Reis e os concursos de Boi de Mamão, que ocorrem em janeiro, e o Carnaval, entre janeiro e março; a Festa de São Sebastião, em janeiro; o Festival da Pandorga e a Procissão de Nosso Senhor dos Passos, em março; a Mostra de Dança, em junho, os Salões e Mostras de Artes Plásticas, em agosto; as festas do Divino Espírito Santo, a partir de maio, e de Nossa Senhora dos Navegantes, em janeiro. As oficinas de base nas comunidades e o serviço prestado pelo Centro de Documentação - Casa da Memória procuram em conjunto com as instituições culturais e educativas do município, estudar, divulgar e incentivar as práticas tradicionais, buscando um equilíbrio com a vida moderna e mantendo em evidência a cultura de base frente aos novos aportes populacionais e aos impactos culturais consequentes.

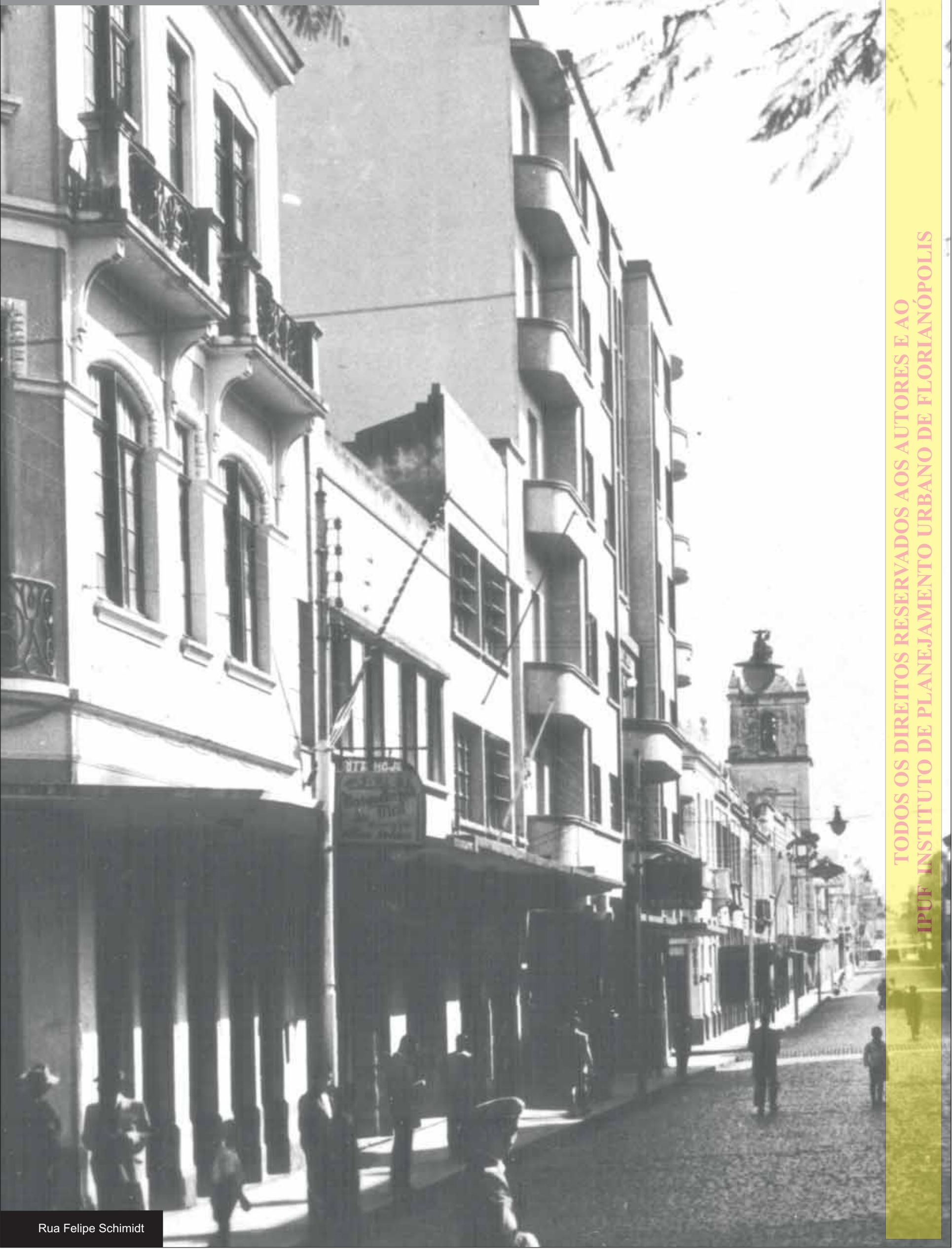


A capoeira, praticada em todo o país é um jogo de ataque e defesa introduzido no Brasil, no século XVI, pelos negros bantos trazidos como escravos de Angola - Costa Ocidental da África



TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES E AO
IPUF INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

FORMAÇÃO HUMANA



Rua Felipe Schmidt

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES E AO
IPUF INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

Permanências, Transformações e Resgates na Cidade de Florianópolis¹

Betina Adams

As

in

Há elementos que permanecem, outros que se adaptam, se transformam ou são substituídos. Cria-se constantemente outra paisagem. Florianópolis é um cenário em ebulição, com características singulares, a que se aplica a observação de Paul Valéry: “ao passear por esta cidade, observaste que, dentre os edifícios que a compõem, uns são mudos, outros falam; e outros enfim, mais raros, cantam?” (1996, p.55)

Florianópolis era um núcleo portuário por excelência. Em vista de sua localização geográfica estratégica no sul do Brasil, em meados do século XVIII, a então chamada Nossa Senhora do Desterro fez parte de um plano que objetivava a expansão territorial portuguesa no Brasil Meridional para além dos limites determinados pelo Tratado de Tordesilhas. Assim, foi implantado um entreposto fortificado na ilha de Santa Catarina para proteção, apoio e controle da circulação das riquezas.

Para auxiliar na defesa das terras portuguesas, era necessário um contingente populacional permanente. Isto resultou em um grandioso projeto oficial de colonização maciça por imigrantes vindos do Arquipélago dos Açores. Muitos partiram para outros locais, sendo que cerca de 2 mil pessoas permaneceram na ilha de Santa Catarina. Nesse contexto, foi necessário implantar a infraestrutura de suporte e apoio a esse povoamento, que foi realizada com significativa intervenção administrativa. Além da dinamização da pequena vila Nossa Senhora do Desterro, criada no século XVII, foram implantados núcleos urbanos no interior da ilha e no continente fronteiriço.

Desterro era um entreposto comercial e um baluarte militar defensivo. Os mais antigos e marcantes testemunhos construídos do município datam desse período histórico, ressaltando as fortalezas, o traçado urbano inicial e as primeiras edificações.

Dos períodos anteriores ficaram valiosos e numerosos sítios arqueológicos pré-históricos, bem como relatos e plantas, que atestam sua inserção estratégica num mundo onde a navegação era o fundamental meio de transporte e comunicação. Sobretudo, são testemunhos da atratividade que esta ilha tem exercido desde tempos imemoriais.

D

Os fortes são o testemunho monumental dessa epopéia e encontram-se espalhados pelo território da Ilha de Santa Catarina e ilhotas adjacentes, compreendendo basicamente três pontos de defesa: os acessos às baías norte e sul e à vila propriamente dita. O sistema defensivo da baía norte, composto por três fortalezas, apresenta maior porte e imponência. Destaca-se a Fortaleza de Santa Cruz, situada na ilha de Anhatomirim, que pode ser considerada a maior do Sul do País. Esse complexo fortificado tem por complemento as também monumentais fortalezas de São José da Ponta Grossa, situada na Ilha de Santa Catarina, e de Santo Antônio, localizada na ilha de Raton Grande.

A baía sul era defendida pela Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, na Ilha de Araçatuba, de difícil acesso. Na vila do Desterro foram construídos o Forte de Santana, na cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz, o Forte de São João, no continente fronteiriço, demolido por ocasião da construção daquela ponte, e o Forte Santa Bárbara, hoje descaracterizado. Havia ainda dois pequenos fortes localizados na Praia de Fora, hoje desaparecidos. Várias fortificações estão abertas ao público e são consideradas passagens obrigatórias para os visitantes.

Est

Esse sistema de fortificações era acompanhado de outro, composto por núcleos de assentamento que, tendo Desterro como eixo vetor, estavam na ilha e no continente frontal.²

No Brasil Colonial muitos assentamentos se formaram a partir da construção de uma pequena capela, fato que também ocorreu na antiga Desterro. No século XVIII, integrando-se a um plano maior de ocupação do interior brasileiro definido por Portugal, a Provisão Régia Portuguesa de 1747 regulou o assentamento urbano incipiente. Essa estrutura urbana ainda apresenta-se materializada no espaço, mantém parte de sua originalidade e continua exercendo a função de centralidade na cidade.

O largo urbano setecentista, atual Praça XV de Novembro, congregava as principais edificações. Até hoje, situado no mesmo lugar da capelinha fundada no século XVII pelo bandeirante Dias Velho, o poder religioso, representado pela Catedral Metropolitana, ocupa a cabeceira, em uma pequena elevação e em situação oposta ao mar. Nessa praça também se localizam edificações remanescentes da arquitetura oficial, tais como a antiga Casa de Câmara e Cadeia (hoje Câmara de Vereadores) e o Palácio Cruz e Sousa (hoje transformado em Museu Histórico de Santa Catarina). E, junto à Rua Fernando Machado, se mantém um casario oitocentista, construído de forma geminada, sem interstícios, em lotes estreitos e compridos, à feição das normas vigentes no Brasil colonial. Entre os raros remanescentes edificados que preservam o interior, ou seja, a compartimentação original dos cômodos, mantém-se a casa com antigos azulejos da Praça XV de Novembro e aquela onde nasceu Victor Meirelles, hoje transformada em museu e localizada na rua que homenageia o pintor catarinense.

O porto conectava a pequena povoação com o mundo e a face da praça voltada para o mar serviu de atracadouro as embarcações, cujo movimento comercial, em meados do século XIX, materializou ali o primeiro Mercado Público, posteriormente transferido. Complementam os remanescentes da dinâmica urbana do período setecentista a Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, a Capela do Menino Deus e Senhor dos Passos, bem como as atividades de assistência social, ainda incipientes, que deram origem ao Hospital de Caridade³.

A imigração trouxe consigo manifestações culturais de influência açoriana, muitas das quais se mantêm até a atualidade, a exemplo das danças (boi-de-mamão e pau de fita); do artesanato (renda

FLORIANÓPOLIS: ÁREA CENTRAL TOMBAMENTOS E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO CULTURAL (APC)

740.5 km

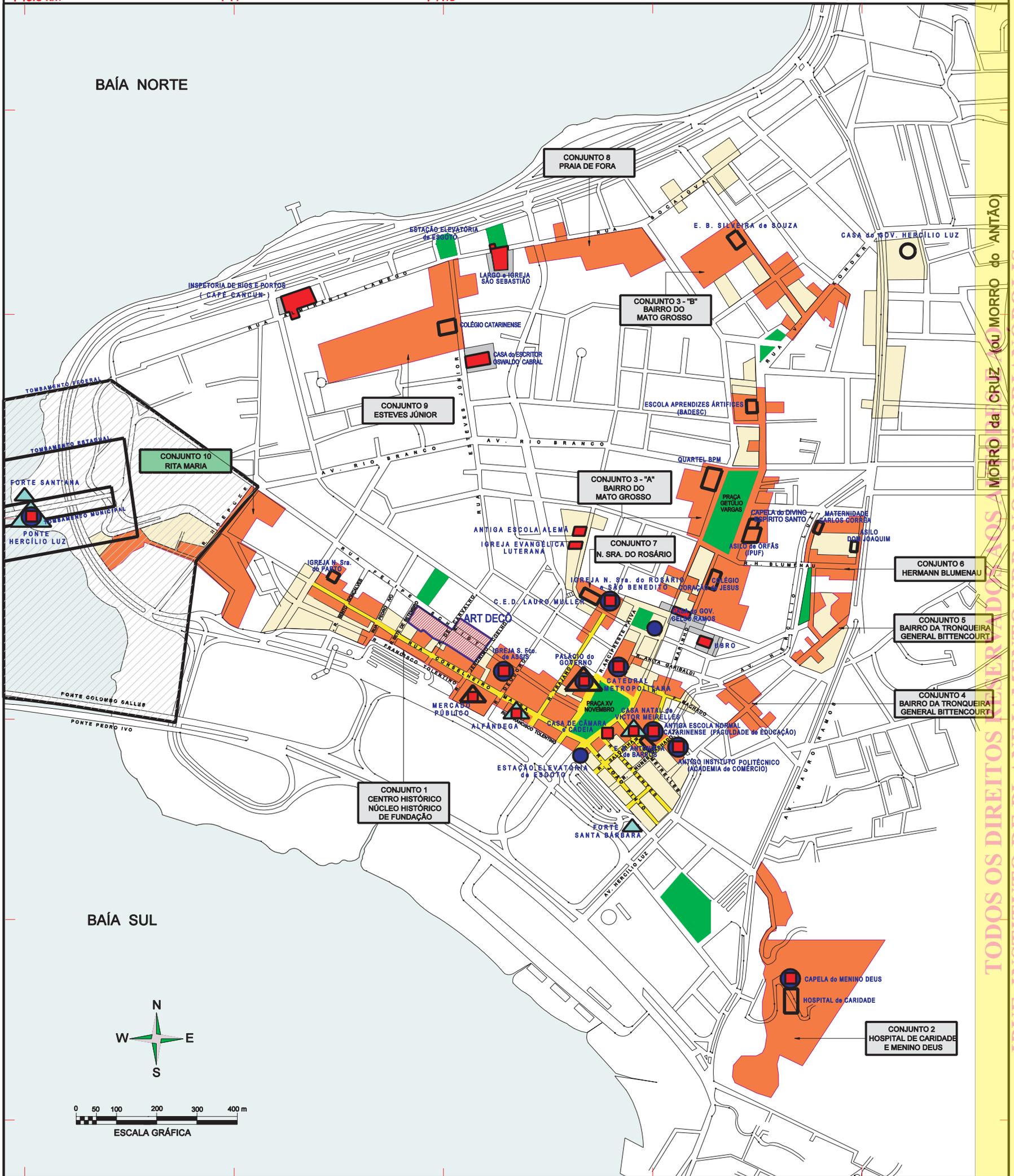
741

741.5

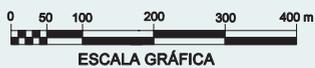
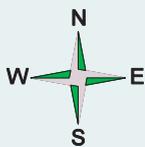
742

742.5

BAÍA NORTE



BAÍA SUL



740.5 km

741

741.5

742

742.5



ELABORAÇÃO:
BETINA ADAMS e
SUZANE A. ARAÚJO
DESENHO:
RAFAEL H. BERNAL
DATA:
JULHO 2001

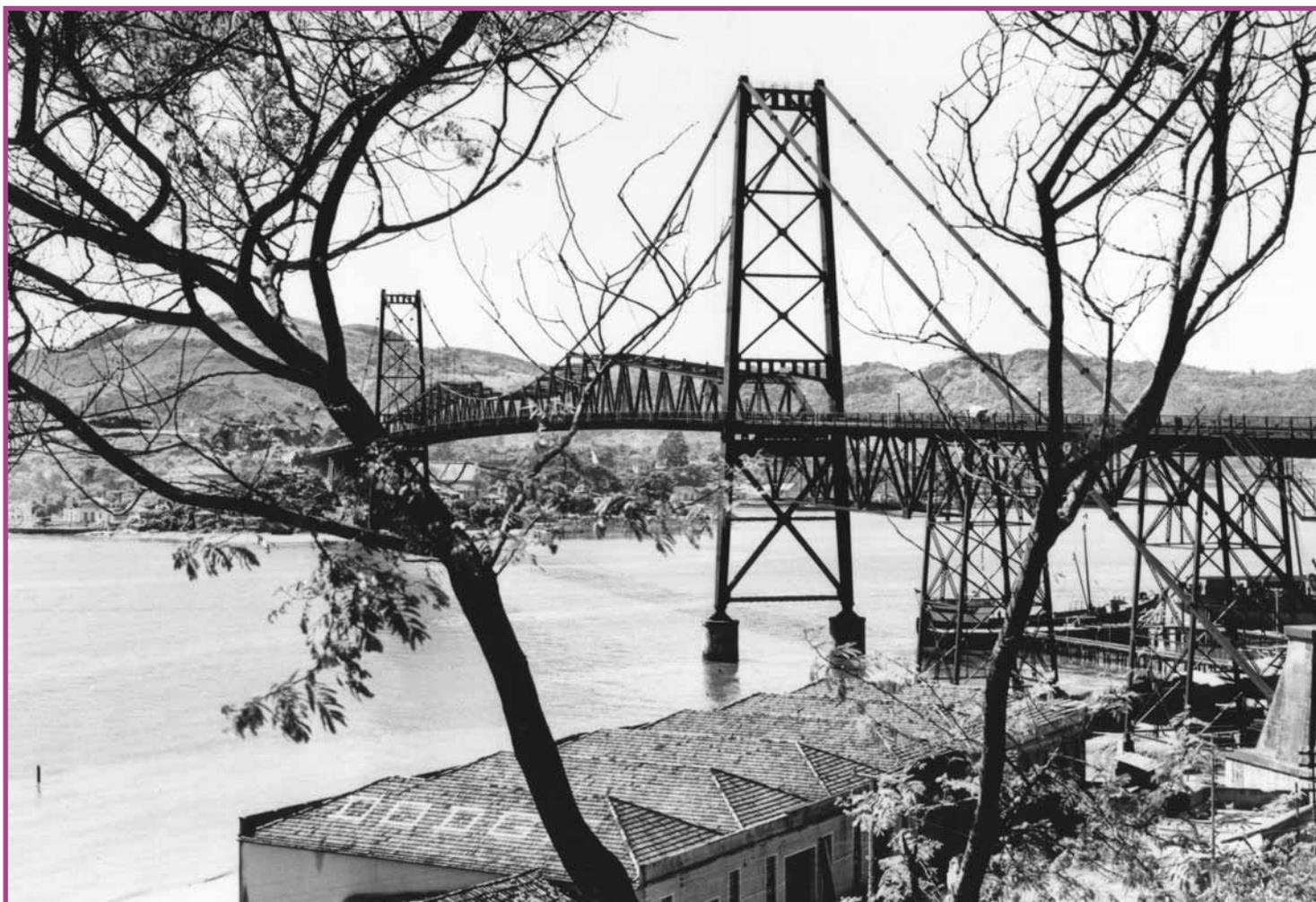
CONJUNTOS URBANOS (PROTEÇÃO MUNICIPAL)

- CONJUNTOS TOMBADOS
- APC (ÁREA DE PRESERVAÇÃO CULTURAL) (LEGISLAÇÃO URBANA)
- MALHA VIÁRIA TOMBADA
- ÁREAS DE ENTORNO
- PRAÇAS

MONUMENTOS

- TOMBAMENTO FEDERAL
- TOMBAMENTO ESTADUAL
- TOMBAMENTO MUNICIPAL
- TOMBAMENTO EM VÁRIAS ESFERAS GOVERNAMENTAIS
- TOMBAMENTOS PROVISÓRIOS
- ENTORNO DA PONTE HERCÍLIO LUZ

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - IPUF INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS



Ponte Hercílio Luz - Vista do Estreito

de bilro e construção de baleeiras) e dos eventos religiosos (Festa do Divino Espírito Santo). No entanto, a arquitetura da Ilha de Santa Catarina apresenta influência proveniente de Portugal continental e não difere significativamente daquela produzida no restante do Brasil. (ADAMS; ARAUJO,2001,p.696)

O Centro Histórico e o porto

No século XIX, com a Independência do Brasil, incrementaram-se das atividades resultantes da função de sede administrativa. Sua economia foi impulsionada pela atividade comercial decorrente do porto, predominantemente exportador, mas que não chegou a ter a importância de outros centros do país. A expansão do povoamento resultou que alguns usos ou atividades foram sendo substituídos, transferindo-se para as novas áreas em expansão. Nesse processo, a paisagem urbana histórica perdeu as construções de características transitórias ou precárias, ou ainda aquelas representativas de atividades que se desvincularam da dinâmica econômica vigente. Porém, foi mantida a particularidade de convergência e centralidade urbana do núcleo original, hoje ampliada para o Distrito Sede, em decorrência da grande expansão urbana nos balneários da ilha e na região metropolitana.

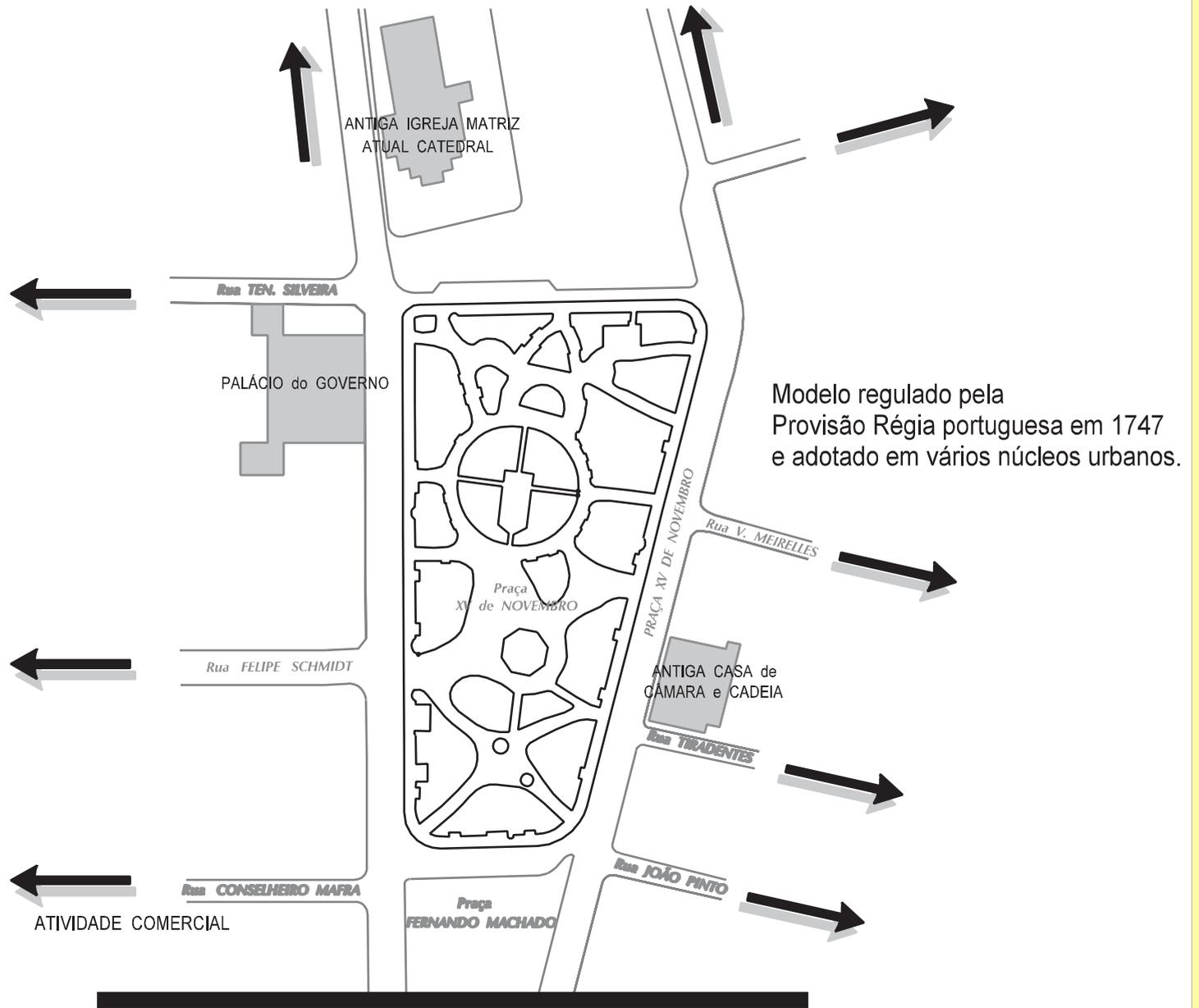
Os eixos longitudinais, que se formaram a partir da praça XV de Novembro, são retilíneos, predominantemente em grade xadrez e paralelos à borda da praia e ao cais. A área dava suporte à atividade portuária, apresentando uma infra-estrutura de apoio e fiscalização, a exemplo da construção do prédio da Alfândega⁴. Consolidou-se o centro comercial, que se mantém nas ruas tradicionais, sobressaindo-se a Conselheiro Mafra e a Felipe Schmidt. No final do século XIX o poder público reforçou o desenvolvimento das atividades comerciais com a

construção do novo Mercado Público, situado junto ao prédio da Alfândega. Ainda nesse período, a atividade vinculada ao comércio e à indústria teve como elemento agregador complementar a chegada de imigrantes alemães, italianos, gregos e sírio-libaneses, que se estabelecem na capital.⁵

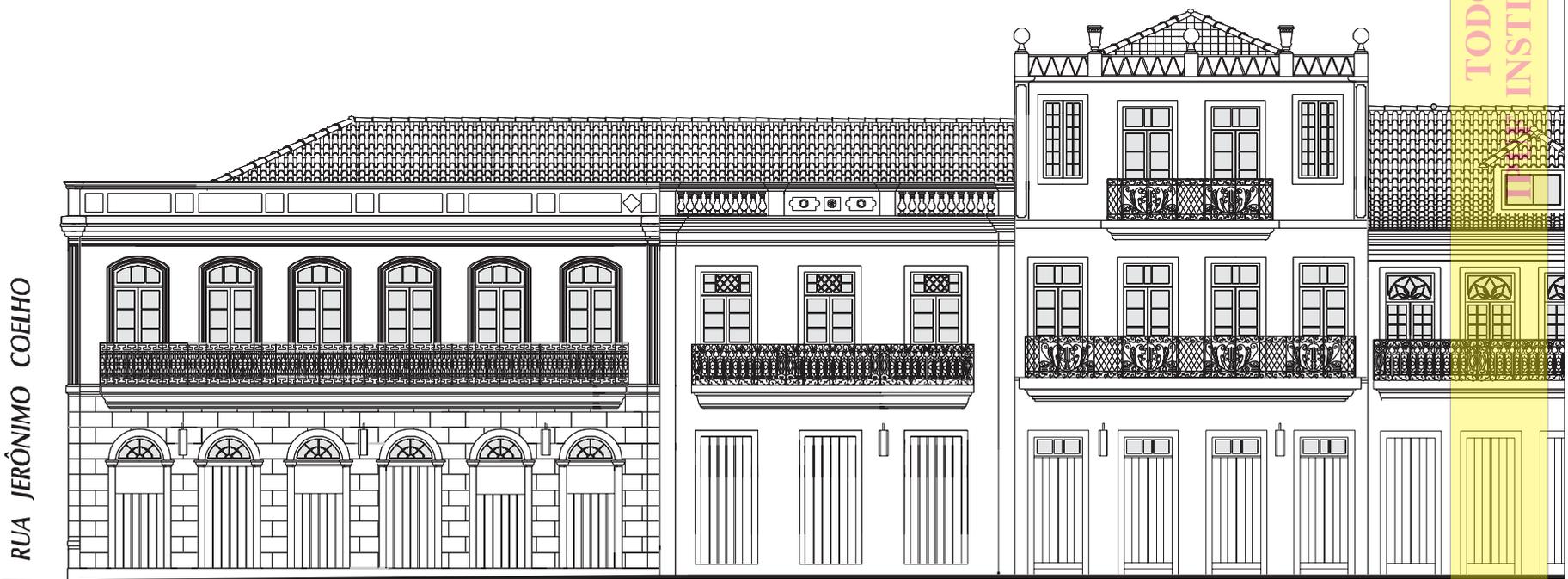
Complementando as atividades portuárias, localizadas no antigo bairro Rita Maria, continuação do cais Badaró, havia armazéns, um estaleiro e diversas fábricas.⁶ Próximo dali, existia um pequeno conjunto de casas de um pavimento originalmente idênticas, para moradia dos operários das fábricas, de identidade social particular. Junto à área, que acabou sendo congregadora de atividades industriais e atacadistas, estavam localizados suportes de infra-estrutura urbana, além do antigo forno incinerador de lixo e dos cemitérios, localizados onde viria a ser cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz. Com o passar dos anos aquele foi desativado, e os cemitérios, deslocados, em vista da construção da referida ponte, na década de 20.⁷

A construção de um acesso terrestre à ilha, que Peluso (1991, p.318) considera como a obra mais importante para o plano urbano da cidade, foi determinante não só para seu desenvolvimento, contribuindo para a inserção mais adequada da capital no contexto geopolítico do Estado, mas também para a melhoria do sistema viário. Muitas fachadas voltadas para a Rua Conselheiro Mafra foram modernizadas. Algumas obras atingiram somente parte das edificações, e há unidades que mantêm, até hoje, o estilo colonial luso-brasileiro nas fachadas então voltadas para a água, vista essa que era considerada de menor importância para a estética urbana por ser “local de trabalho”. Outros exemplos da infra-estrutura urbana do início do século XX são as estações elevatórias mecânicas da rede de esgoto, localizadas na área central, e os postes remanescentes da iluminação pública localizados na Praça XV de Novembro. Da antiga pavimentação, em pé-de-moleque,

ORGANIZAÇÃO URBANA



A praça central aglutinava as principais edificações e as ruas retilíneas e estreitas seguiam paralelas à orla marítima. Os lotes, também estreitos, apresentavam as edificações alinhadas em suas reduzidas testadas.



restam raros exemplos. Os paralelepípedos e os meios-fios das calçadas, em granito, mais recentes, estão desaparecendo, por causa da substituição destes por peças em concreto e da cobertura por camada asfáltica.⁸

A área hoje denominada de Centro Histórico destaca-se por apresentar o maior número de edificações preservadas. Mantém uma concentração de atividades comerciais e de serviços, apresentando, no entanto, reduzido número de residências, originalmente localizadas nos pavimentos superiores dos sobrados, cujo térreo era ocupado pelo comércio. Alguns desses pavimentos superiores estão sendo “subutilizados” como local de depósito. Em vista das características da sua formação, a ocupação é de volumetria baixa, com a predominância de dois pavimentos, porém densa e justaposta, cujo substrato apresenta características originais do período colonial, adaptado nos períodos arquitetônicos subsequentes. Muitos desses edifícios tiveram sua arquitetura original luso-brasileira adaptada ao estilo eclético. Em atendimento às exigências urbanísticas, alguns dos antigos beirais foram substituídos por platibandas, mas as fachadas mantiveram a tradicional disposição ritmada de aberturas e sua composição organizada por cunhais, pilastras e frisos, cimalkhas e socos. A partir das décadas de 30/40 foram inseridos exemplares *déco* e *modernistas*. A maioria dessas edificações, mais recentes, localiza-se nas principais ruas do Centro Histórico, porém um pouco afastadas da praça central. Há importantes exemplos de *art déco* localizados nas proximidades do Largo do Fagundes, nas ruas Felipe Schmidt, Sete de Setembro e Conselheiro Mafra.

Os vazios urbanos se restringem às praças e às áreas de circulação pública, que são definidas pelas edificações implantadas junto às calçadas. Há a presença de edificações remanescentes do século XIX relacionadas à atividade religiosa e cultural. A atividade educacional atingiu maior expressão a partir do início do século XX.⁹



A parte adjacente ao Centro Histórico era ocupada pelos antigos bairros, originados e estruturados por vetores de expansão territorial. Esses eixos, que inicialmente se orientaram em busca das fontes de água, desenvolveram-se definitivamente a partir dos antigos caminhos que ligavam a vila ao sistema defensivo e aos núcleos rurais da ilha de Santa Catarina. Essa área envoltória do núcleo urbano central apresentava vazios urbanos por causa das chácaras ali existentes. Tal formação resultou na atual dispersão e mescla arquitetônica do patrimônio, pois, à medida que as glebas foram sendo desmembradas ou loteadas, aos poucos os interstícios foram preenchidos com uma tipologia arquitetônica de épocas mais recentes.

A Rua Esteves Júnior é um dos mais antigos e importantes vetores de ocupação. Trata-se de um eixo de ligação do que foi o pequeno povoado com a antiga Praia de Fora, que conectava o núcleo com o Forte São Francisco Xavier, demolido no século XIX, que se localizava na atual praça Esteves Júnior. Outro elemento indutor de ocupação foi a Praça Getúlio Vargas, no antigo bairro do Mato Grosso, uma das raras praças existentes no espaço urbano da Área Central. Apresenta como singularidade tipologias construtivas harmônicas quanto à escala e representativas de diversos períodos e momentos estilísticos.

Junto às edificações das antigas chácaras foram se formando agrupamentos com espaços de uso comunitário, tais como escolas e igrejas.¹⁰ Surgiram áreas compostas por edificações mais simples, de um pavimento, com reduzida dimensão de área verde, a exemplo do conjunto em fita existente no bairro Menino Deus, junto ao Hospital de Caridade, ou do casario situado no antigo bairro da Tronqueira (rua General Bittencourt e adjacências), ou, ainda, do conjunto localizado na Rua Hermann Blumenau, fruto de um loteamento do século XX.



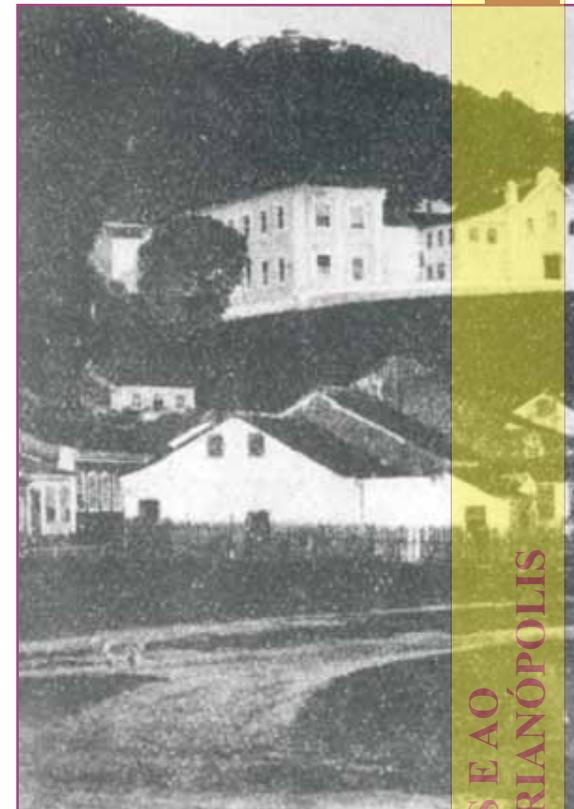
RUA CONSELHEIRO MAFRA

RUA ÁLVARO DE CARVALHO

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES E AO
IPUF INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS



Mercado Público e antigo cais da Alfândega



Hospital de Caridade

Alguns espaços urbanos congregavam as residências da população mais abastada, tais como as da antiga Praia de Fora (atuais ruas Bocaiúva e Almirante Lamego). Eram construções de maior porte e requinte, rodeadas por jardins. Hoje, essas antigas áreas de expansão são objeto de uma forte dinâmica imobiliária, crescentemente valorizada nas proximidades da orla da baía norte. As residências unifamiliares vêm sendo substituídas por uma ocupação vertical de doze ou mais pavimentos, de uso residencial, comercial ou de serviços.

O impacto dos Planos Diretores e a transformação urbana

A transferência do bairro do Estreito para o município de Florianópolis é acompanhada de uma expansão da dinâmica de ocupação rumo ao território continental, que se torna gradativamente um importante centro de comércio, serviços e pequenas indústrias. Na ilha, a paisagem urbana, a partir da década de 40, é marcada sucessivamente pela intensificação da partilha do solo, através do loteamento das antigas chácaras. A densificação vertical, com prédios de oito andares, induzida pelo novo Plano Diretor e materializada, inicialmente, na área do Centro Histórico, marca a década seguinte.

A mudança das relações volumétricas da cidade é marcante. Porém, a chegada à Ilha de Santa Catarina permite vislumbrar um pouco do antigo perfil *skyline* da cidade do século XIX, que mantém como pano de fundo o Morro da Cruz, hoje destituído de sua outrora exuberante massa vegetal. Mas, em seu entorno imediato, outra profunda mudança ocorre na apreensão visual: o centro histórico está circundado pela densa e alta volumetria das novas edificações, em sua maioria de 12 pavimentos, com perda substancial da relação de escala. As torres dos templos religiosos, outrora elementos dominantes na paisagem, hoje sucumbem aos edifícios vizinhos que abrigam, sobretudo, funções terciárias (de comércio e serviços).

O Plano Diretor de 1955 propunha a implantação do Campus Universitário na Área Central, realizada posteriormente no Pantanal, bem como o remanejamento parcial do traçado viário.¹¹ Entre essas propostas estava a da Av. Beira-Mar Norte implantada na década de 1970.

Também na década de 70 surgem novos vetores de ocupação do

solo urbano, que se expandem para além da Área Central, em direção à vertente oposta do Morro da Cruz.¹² Tal ocupação é reforçada pela instalação tanto da UFSC, no Pantanal, como da UDESC e das sedes das empresas estatais, no Itacorubi. As transformações urbanas são também resultantes da nova política nacional de reforço das cidades de porte médio, com o objetivo de reduzir o impacto de migração para os grandes centros. A descentralização administrativa no país foi estimulada e resultou na instalação de empresas estatais em Florianópolis, como a Superintendência de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste (SUDESUL) e as Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL), que constitui um fator adicional ao adensamento populacional do município.

O antigo porto, conexão vital da cidade com o mundo até o início do século XX, aos poucos perdeu a importância. Foi aterrado na década de 1970 para possibilitar a conexão terrestre através das novas pontes de ligação do continente à Ilha de Santa Catarina.¹³ Iniciava-se a implantação de propostas do Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis, caracterizadas pelo incremento do sistema viário, que vem induzir e impulsionar a expansão urbana. Destacam-se entre as primeiras obras realizadas a implantação da Via de Contorno Norte, que dá continuidade à avenida Beira Mar Norte, e das novas rodovias estaduais de ligação com o interior da ilha, que aceleraram as profundas transformações daquela área.¹⁴

O aterro da baía sul acaba sendo o marco referencial de transformação da paisagem urbana florianopolitana. Ocorre uma ruptura definitiva da inter-relação da cidade com o mar, que permeava a estrutura inicial de sua ocupação e havia sido sua razão de existência.¹⁵ No local do antigo porto hoje se erguem terminais urbanos. O espelho d'água foi substituído por estacionamentos de veículos, equipamentos de lazer e um centro cívico estadual¹⁶. A outrora tão fundamental conexão marítima ficou restrita à navegação de lazer.

A manutenção do patrimônio preservado é, também, conseqüência da gradativa diminuição da importância do porto, pois assim se impediram transformações substanciais em áreas históricas vinculadas a essa forma de produção. Paralelamente, Florianópolis mantinha sua função agregadora de lugar central da região e capital de Estado, apesar da desfavorável situação de relativo isolamento (a rota de ligação nacional, consolidada através do planalto pela BR-116, excluía o município).



Casario do distrito do Ribeirão da Ilha

Ao período de relativa inércia econômica sucedeu-se uma crescente valoração das belezas naturais da ilha e, sobretudo, de sua magnífica borda d'água. Apropriado pelo capital turístico, esse potencial se tornou acessível graças à abertura da BR-101, conseqüência do modelo desenvolvimentista, promotor da política de integração nacional, que acabou resultando em um grande impulso econômico para todo o litoral brasileiro. A partir da década de 1970 ocorre uma aceleração no processo de dinamização da interiorização decorrente da venda dos terrenos junto à borda d'água. Além da crescente acessibilidade propiciada pelo sistema viário, modifica-se o modo de subsistência, dominado até então pela pesca e pela agricultura, com a conseqüente mudança radical na paisagem do interior da ilha.

Transformação e resgates: ações de conservação urbana para a permanência e valorização dos substratos históricos

Como outras cidades em processo de desenvolvimento, Florianópolis tem sofrido uma perda sistemática dos referenciais urbanos que materializaram sua história. A qualificação desses espaços urbanos passa não só pelo seu uso adequado, mas se estrutura complementarmente a ações sistemáticas de proteção e conservação urbana que incorporam não só os bens culturais propriamente ditos, como sua ambiência, entorno e paisagens naturais.

As ações de proteção em Florianópolis remontam a 1938 e foram desencadeadas pela União. Destaca-se que esta proteção está entre as primeiras realizadas no Brasil, ocorrendo ao longo do quinto mês de vigência da recém-criada legislação federal de tombamento que contemplou quatro das fortalezas integrantes do antigo sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina, inserindo-se em uma ação mais ampla que abrangeu aproximadamente vinte das principais fortalezas brasileiras (ADAMS 2002, p.37, 111-112).

A ação municipal iniciou-se em 1974 e situa Florianópolis entre as primeiras iniciativas de tombamento municipal no Brasil, pois, até então, a proteção ficava restrita à ação da União e de alguns estados. Dali para frente, foi possível proteger o substrato cultural e natural através de atos individuais determinados pelo Executivo. (ADAMS, 2002, p.47) Com a transferência do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico

e Natural do Município (SEPHAN) para o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), as ações de preservação receberam um enfoque diferenciado. Os bens culturais deixaram de ser vistos como monumentos isolados, mas sim como componentes partícipes de um contexto urbano global, em acordo com os princípios internacionais de conservação. Assim, na década de 1980, a Lei 1202/74 foi complementada por uma legislação urbana que criou as Áreas de Preservação Cultural e deu-lhes normas orientadoras específicas, instituindo benefícios urbanísticos complementares¹⁷. Os esforços, com vistas a uma interação entre as diferentes estruturas em âmbito social, político, administrativo e econômico permitiram avanços no processo de garantir a manutenção do acervo, tanto natural como cultural. Quanto a este último material, hoje Florianópolis apresenta aproximadamente 600 unidades protegidas em âmbito municipal, 18 em âmbito estadual e 9 em âmbito federal.

Considerações finais

Transformações são inevitáveis, mas algumas perdas simbolizam o profundo lamento por aquelas mudanças que poderiam ter acontecido de forma mais integrada. O medo, a insegurança, ou mesmo ações impulsivas e impensadas podem resultar em danos irreparáveis.

O expoente dessas perdas foi a demolição do antigo Miramar, trapiche-restaurant que sucumbiu à execução do Aterro da Baía Sul na década de 1970. Situado defronte à praça central, XV de Novembro, funcionava como um dos mais tradicionais portais de acesso à cidade.

Nossos espaços contemporâneos podem e devem conter fragmentos dos diferentes períodos de nossa história. Seu encanto está em ser o resultado do trabalho de sucessivas gerações, acumulado graças ao respeito ao que foi criado pelos que nos antecederam. A permanência desses substratos históricos, adaptados às necessidades de hoje, é que constitui o cerne da identidade das nossas cidades.

Voltando a Valéry que essas construções possam continuar, se não cantando, ao menos se expressando; e nós, seus guardiões no presente, possamos contribuir eficazmente para a sua permanência, em contínua transformação.

FORMAÇÃO HUMANA



TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES E AO
IPUF INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

Ocupação Humana e Paisagem

Eliane Veiga

A Vila de Nossa Senhora do Desterro desenvolveu-se a partir de um núcleo triangular, na porção oeste da Ilha de Santa Catarina voltada para o continente, limitada em cada face pelo Morro do Antão e as Baías Norte e Sul. A ocupação do município estendeu-se por toda a Ilha e continente fronteiro, concentrando-se na orla insular oeste da Ilha, confrontando com as águas da Baía Sul (da Praia de Rita Maria, no centro da cidade, até a Praia do Defunto, no sul da Ilha) e da Baía Norte (da Praia do Arataca, no centro da cidade, até a Praia do Forte, ao norte da Ilha).

O primeiro Governador da Capitania, José da Silva Paes, fortificou a Ilha e construiu os primeiros edifícios oficiais, a partir de 1738. Instituiu a sede político-administrativa da vila-capital, erguendo um pelourinho e organizando a Câmara de Vereadores, o que deu novo impulso ao desenvolvimento da povoação e dinamismo à vida urbana. Da organização físico-espacial tradicional ainda hoje vemos marcos históricos: antiga Casa de Câmara e Cadeia, antigo Palácio do Governo e Igreja Matriz, todos situados ao redor da atual Praça XV de Novembro. A partir dessa praça, as ruas foram se delineando, procurando adotar um traçado ortogonal e acompanhando as marinhas, seguindo o rumo das fontes d'água e dos primeiros estabelecimentos oficiais e religiosos, especialmente igrejas, fortificações e quartéis. A estrutura fundamental do núcleo urbano foi condicionada, também, pelas atividades de pesca e agricultura de subsistência, desenvolvendo-se uma ocupação tipicamente linear, junto à praia, por onde se dava a comunicação principal com as freguesias da época, tanto na Ilha como no continente fronteiro. Posteriormente, o desvio e a canalização dos córregos do centro urbano, os terraplenos centrais e os aterros à beira-mar viriam alterar ainda mais a paisagem da pequena cidade¹. O Porto de Desterro², o Mercado Público, a Alfândega, os estaleiros, trapiches e embarcações faziam parte daquela paisagem intimamente relacionada com o mar.

Na Florianópolis que foi, de 1894 até os anos trinta, cidade comercial baseada no porto, definiam-se claramente áreas habitacionais da classe média, do operariado e da elite, áreas das chácaras, dos edifícios mistos de comércio e residência, complexos fabris e estruturas assistencialistas, institucionais ou religiosas³.

Em 1926, a ligação da Ilha com o Continente através da ponte pênsil Governador Hercílio Luz produziu outra transformação no quadro urbano, incentivando o uso do automóvel e impulsionando o intercâmbio econômico e administrativo entre a capital e o interior do estado.

Em 1943, o Distrito Sede foi subdividido em quatro subdistritos: Sede, Trindade, Saco dos Limões e Estreito, subdistrito cuja história está imbricada à dos municípios vizinhos São José e Palhoça.



Antiga Alfândega - Rua Conselheiro Mafra



Catedral Metropolitana

Na segunda metade do século XX, com os novos aterros e a construção das Pontes Governador Colombo Salles e Governador Pedro Ivo Campos, a paisagem da Capital transformou-se; cambiaram a própria dinâmica urbana e o comportamento do florianopolitano.

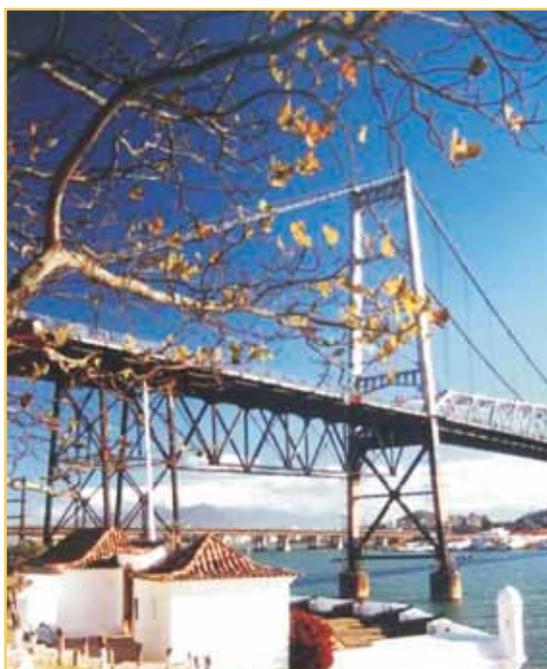
Recentemente, ocorrem novas mudanças na infra-estrutura urbana e na paisagem de todos os distritos: o adensamento na orla, a ocupação nas encostas, a verticalização das construções e as alterações no sistema viário todas reflexos deste novo tempo. O crescimento populacional e o adensamento das áreas construídas mostram, também, a expansão urbana no continente, intensificando o processo de conurbação com os municípios vizinhos.

Subdistrito do Estreito

Nessa localidade refugiaram-se os Carijós, saídos da Ilha de Santa Catarina na época da colonização. Depois foi ocupada por colonos açorianos que, estabelecidos no caminho para a Freguesia de São José, cultivavam feijão, milho, algodão, arroz e mandioca e trabalhavam em olarias. Gado também era criado no lado continental, onde existiu o primeiro matadouro da Cidade.

O Estreito tornou-se ponto de convergência de viajantes, na época anterior à construção da Ponte Hercílio Luz. Ali foram construídos pequenos hotéis para os forasteiros que aguardavam condições para a travessia do canal em embarcações. De frente à cidade insular, avistava-se o fortim de São João, construído entre 1763 e 1793, para cruzar fogos com o de Santana, na Ilha.

A instalação da energia elétrica, em 1912, impulsionou o desenvolvimento local; as primeiras ruas foram efetivamente estabelecidas na segunda metade década de 20 e também construídas



Ponte Hercílio Luz e Forte de Santana



Vista do bairro Estreito - orla da futura via expressa

as primeiras casas de veraneio. A expansão do sistema rodoviário estadual possibilitaria, depois, maior desenvolvimento ao Estreito. Na década de 50 e 60, começam a despontar instituições educacionais, socio culturais e assistenciais importantes.

Hoje, a prestação de serviços e um forte comércio atacadista e varejista dividem com as zonas residenciais o panorama da ocupação. A existência de uma Secretaria Municipal para o Continente e a implantação da Via Expressa Continental apontam para a complexidade atual do bairro, que adquire características próprias e pujantes.

Subdistrito da Trindade

Na região situada entre o Morro do Pau da Bandeira e os do Córrego Grande, Rio Tavares e Lagoa, que, juntos, somavam uma superfície de cerca de 40 km², os açorianos iniciaram o cultivo de cereais, café, cana de açúcar, hortaliças, vinhas e pastagens para criação de vacas leiteiras. Nas primeiras décadas do século XX, a Trindade ainda fornecia esses gêneros ao centro de Florianópolis. A instalação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, nos anos sessenta, seguida por empresas públicas e privadas, promoveu a rápida ocupação de novos espaços nos anos setenta, com a execução de aterros que deram suporte à Via Expressa.

Atualmente, a Trindade é um bairro muito expressivo, concentrando áreas residenciais uni e plurifamiliares, comerciais, institucionais e de serviços e inclui novos empreendimentos residenciais de porte, como Anchieta, Santa Mônica, Parque São Jorge, entre outros. Como fruto da legislação de zoneamento, percebe-se a verticalização da área construída nas últimas décadas.

Subdistrito do Saco dos Limões

Nessa enseada longa e tão fechada que lembra um saco - se plantava, no século XIX, laranja, limão, mandioca e café sombreado em abundância. Já no início do século XX, as atividades econômicas da região eram a produção da cal, a partir das caieiras (destruindo sambaquis), a pesca artesanal e a agricultura de subsistência, com o cultivo da mandioca, do café e da cana de açúcar.

Os primeiros caminhos terrestres em direção ao sul da Ilha atravessavam terras do Saco dos Limões. Além da estrada que, pelo litoral, seguia para Prejibaé, Rio Tavares, Ribeirão, etc., havia duas outras, destacando-se a da Carvoeira e a do Pantanal.

Com as transformações do sistema viário - aterro para a construção da avenida Prefeito Waldemar Vieira e, posteriormente, o aterro para a implantação da Via Expressa Sul - a paisagem da antiga praia, com canoas e redes abrigadas em rústicos ranchos e onde se coletava berbigão e camarão, desapareceu. Uma nova praia, produzida pelo aterro mecânico, está redefinindo a paisagem da orla do Saco dos Limões.

Ali foram implantados clubes tradicionais como o Limoense, além de Imprensa Oficial do Estado, e de um dos novos Terminais Urbanos de Integração o TISAC.

Distrito de Canasvieiras

A antiga freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras foi desmembrada da freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio em 1835⁴.

A Praia de Canasvieiras é o mais antigo balneário da Ilha de Santa Catarina, já visitada nos anos 50. Mas é a partir dos anos 80 que as praias da costa norte da Ilha de Santa Catarina passaram a ser muito mais freqüentadas durante a temporada de verão, recebendo turistas brasileiros e do Cone Sul, resultando numa significativa população flutuante. Canasvieiras já é bairro de residências permanentes, consolidado na última década.

Jurerê, no mesmo Distrito, apresenta características balneárias fortes. Iniciativas particulares de implantação de loteamentos vêm desencadeando um intenso processo de ocupação, com construções de elevado padrão em sua grande maioria. O crescimento de Jurerê ocorreu em ritmo bastante rápido, motivado especialmente pela implantação da rodovia SC-401.

Distrito de Cachoeira do Bom Jesus

Cachoeira foi desmembrada do Distrito de Canasvieiras, na metade do século XX, passando a ser núcleo de um novo Distrito, que ainda se encontra em estágio de crescimento moderado. Porém, é de se esperar que em curto prazo venha a sofrer grandes modificações urbanas em decorrência do grande interesse turístico que tem despertado.

A Praia Brava é uma praia limitada entre os rochedos e o mar. Sua recente ocupação por condomínios de alto padrão foi incentivada a partir da aprovação de um loteamento, na década de 80.



Antiga Igreja da Trindade



Vista Aérea - Saco dos Limões e Costeira do Pirajubaé

Distrito de Ingleses do Rio Vermelho

A região de Ingleses desenvolveu-se integrada ao Distrito do Rio Vermelho. Sua localização era propícia para servir de posto de reconhecimento às embarcações que chegavam à Barra Norte da Ilha de Santa Catarina. Acredita-se que essa praia é chamada Praia dos Ingleses por haver ali naufragado um navio inglês⁵.

Em 1881 foi construída sua capela, situada à beira-mar. Ali ainda ocorre, atualmente, a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira do lugar, atraindo devotos vindos do Rio Vermelho, Aranhas e Ponta das Canas.

Ingleses é hoje um balneário com considerável movimento e adensamento, com infra-estrutura capaz de sustentar um razoável fluxo turístico. Parte da vista que se dispunha há algumas décadas foi obstruída pelas construções fronteiras à praia, mas ainda é considerada uma das mais belas do Brasil.

Aranhas (hoje conhecida como Santinho) é uma localidade tradicional no Distrito, onde moradores da região combinavam a agricultura de subsistência com a pesca artesanal. Há ali um sítio arqueológico e museológico sinalizado, tornando o local ainda mais atraente. Por ser de mar aberto, atualmente a praia do Santinho é uma das preferidas dos surfistas devido às grandes ondas voltadas para leste. É também um pólo de atração na temporada de verão, em decorrência da instalação de um complexo turístico de porte.

Distrito de São João do Rio Vermelho

O nome do lugar vem de um dos dois veios d'água que adquire uma coloração vermelha a uns três quilômetros da nascente, devido às terras que corta. São João do Rio Vermelho é um dos mais antigos núcleos de ocupação da Ilha, onde proliferaram, desde o final do século XVIII, os engenhos de farinha ao longo da estrada. Era considerado área de terras muito férteis, próprias para o cultivo da mandioca e do amendoim, tornando-se, no século XIX, um núcleo agrícola bastante expressivo, onde foram combinadas a agricultura com a pesca artesanal, sendo a produção intercambiada comercialmente com as localidades de Canasvieiras e Ingleses.

No século XX, um Parque Florestal foi implantado na área do Distrito, e atualmente, embora ainda sejam praticadas tanto a pesca como a confecção artesanal das rendas de bilro, a maioria dos habitantes locais já trocou os hábitos da lavoura e da pesca para

trabalhar no centro de Florianópolis ou em estruturas locais voltadas para novos setores da economia.

Distrito de Ratonos

Vestígios de um sambaqui indicam a ocupação pré-cabralina do local.

Ratonos está entre as primeiras freguesias e arraiais da Ilha de Santa Catarina. Cresceu com base na agricultura de subsistência e no intercâmbio com outras localidades e guarda traços culturais do período da sua colonização. O distrito ainda abriga uma grande quantidade de pequenos sítios.

O mangue do Rio Ratonos, o maior rio da Ilha de Santa Catarina está preservado pela Reserva Ecológica dos Carijós (Decreto Federal nº 88.351/1983). O rio banha os Distritos de Santo Antônio de Lisboa e de Canasvieiras e vai desaguar na divisa entre os dois, numa baía em frente à Ilha de Ratonos Grande, região anteriormente conhecida como Arraial de Sambaqui.

Distrito de Santo Antônio de Lisboa

A localidade recebeu seus primeiros povoadores ainda no século XVII. Foi conhecida como Nossa Senhora das Necessidades, depois Santo Antônio de Lisboa e também Rerituba. A povoação se organizou voltada para o mar, na direção sudoeste⁶.

A construção, em 1714, de um entreposto de comércio marítimo em Sambaqui⁷ contribuiu para o florescimento da região, posteriormente enriquecido com a chegada dos colonos açorianos. Em 1854, foi erguida naquele lugar a Casa da Alfândega, que funcionou ativamente durante 110 anos como Posto Fiscal, controlando a chegada de navios na baía.

Atualmente, Santo Antônio de Lisboa mantém um dos conjuntos arquitetônicos mais representativos da fase de colonização do nosso litoral. Destaca-se a igreja de Nossa Senhora das Necessidades, tombada pelo Decreto Municipal nº 1341/75, como patrimônio histórico e arquitetônico⁸. Além de ser um tranquilo balneário, Santo Antônio de Lisboa já pode ser considerado um bairro residencial e reduto de artesãos, artistas plásticos e intelectuais. Além disso, tem desenvolvido, com a maricultura, um pólo gastronômico.



Vista Aérea do Vermelho



Lagoa da Conceição

Distrito da Lagoa da Conceição

Além da ocupação pré-cabralina, evidente nos sítios arqueológicos, a localidade caracterizou-se pela imigração de açorianos, que consagraram a freguesia à Nossa Senhora da Conceição em 19 de junho de 1750. A ocupação desenvolveu-se junto ao sopé do morro e também no entorno da igreja, que foi construída num ponto elevado. A região foi recortada por quadriláteros de roças de milho, mandioca, café, uva, cana, feijão, amendoim, alho, cebola e gengibre. Muitos engenhos beneficiavam a cana, produzindo melado, aguardente e açúcar e, com a mandioca, farinha artesanal. Na Lagoa pescava-se anchova, tainha, cação e corvina em abundância, ali consumidos e, na época, comercializados com outras freguesias. A ocupação da orla da Lagoa e o intercâmbio entre as regiões habitadas foram facilitados pela construção de ponte sobre o seu canal, em 1845.

Naquela época, ainda não se havia alterado o caminho terrestre para a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa - o Caminho do Rio Tavares, que seguia as margens do rio de mesmo nome. Ele foi por muito tempo o único acesso à Lagoa, a trilha de hoje, a estrada pelo Morro do Padre Doutor, começou a ser utilizada após a década de 10 do século XX e, após os anos setenta, com a pavimentação dessa estrada, deu-se início à ocupação balneária. A população local foi vendendo suas terras e hoje a Lagoa representa um dos mais importantes centros turísticos⁹ de Florianópolis, com atrativos históricos¹⁰, turísticos, gastronômicos, diversões noturnas e um bairro residencial completo.

Destaca-se, como uma localidade ainda característica, a Costa da Lagoa, cujo acesso é feito a pé, por trilha centenária, ou por meio de embarcações lacustres, que atracam em estações recentemente construídas pela prefeitura.

Distrito de Ribeirão da Ilha

Localiza-se na parte sudoeste da Ilha de Santa Catarina, onde se eleva o monte mais alto da Ilha, medindo 532 metros. No sopé desse monte alojou-se a Freguesia do Ribeirão, com seu casario e a Igreja de Nossa Senhora da Lapa.

Primitivamente, essa região foi habitada pelos índios Carijós. A ocupação do Ribeirão foi levada a efeito pelos primeiros colonizadores do sul do Brasil (1500 até 1760), constituindo-se numa frente de expansão da colonização açoriana, tornando-se aos poucos o centro de atividades comerciais e extrativas do sul da Ilha, dedicada

ao plantio de mandioca, cana, milho, feijão e café. Havia muitos engenhos de açúcar, de aguardente, de pilar arroz, de mandioca, fábricas de açúcar e atafonas de moer trigo. A Vila do Ribeirão teve origem a partir de um Alvará Régio, datado de 11/7/1809. Em 1900 todo o povoado contava com 3.200 habitantes. Foi conhecido como Vila de Ribeirão, depois Vila de Caiacanga e, finalmente, Distrito do Ribeirão da Ilha.

Pela tranquilidade do local e perfeita conjugação de paisagem e arquitetura, a Praia do Ribeirão da Ilha pode hoje ser considerada atraente balneário do Município, incrementado pela atividade de maricultura e oferta gastronômica típica.

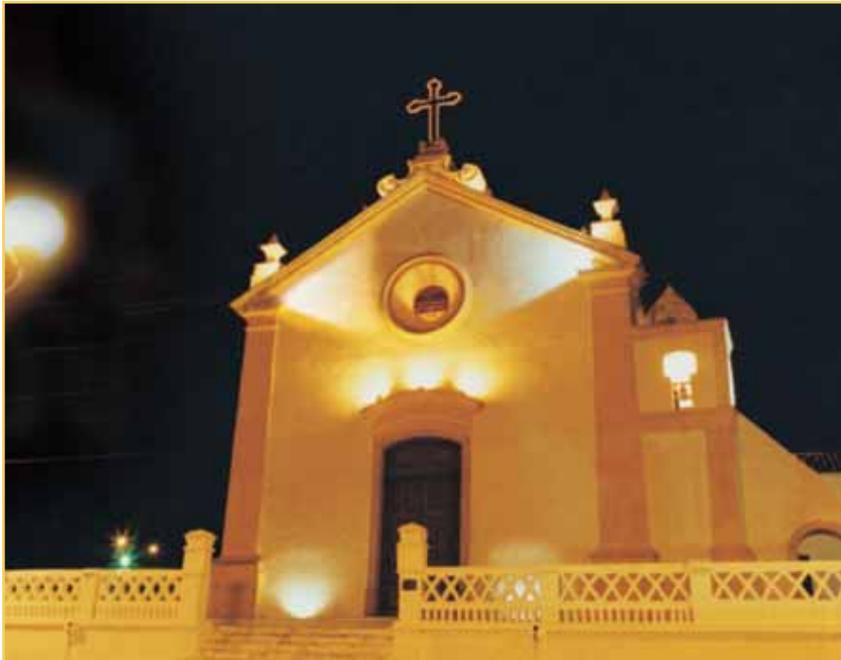
Distrito de Pântano do Sul

No Pântano do Sul encontram-se alguns dos registros arqueológicos mais antigos da Ilha. A região foi depois ocupada em esparsos e pequenos povoados de pescadores, localizados à beira-mar, em recantos encantadores pela paisagem rústica, pelo isolamento e pela tranquilidade. A origem dessa ocupação remonta ao século XVII, quando inicia o arraial do Pântano ou Pântano do Sul, desenvolvendo-se nessa enseada, a leste da Ilha de Santa Catarina, sobre uma faixa arenosa, apertada entre a cadeia de montanhas que vem da Ponta dos Naufragados até Caiacangaçu e os morros escarpados da Lagoinha do Leste, onde vários locais são ainda virgens, sendo atingidos apenas por trilhas rústicas. A topografia pouco acidentada favoreceu a ocupação ao longo da praia e junto à estrada, vinculada à existência de uma pequena enseada, onde fundeavam as grandes embarcações para carregar o óleo que era produzido na armação de baleias que ficava próxima¹¹.

Na Armação, ao Sul da Ilha de Santa Catarina, voltada para o oceano, fica a Ponta da Campanha, cujo nome vem da Companhia de Pesca de Baleias que havia ali, no século XVIII. Atualmente a Armação do Pântano do Sul é um dos principais núcleos de pesca artesanal da Ilha, convivendo com o fluxo turístico e dos praticantes do surf.

A Lagoa do Peri é um dos atrativos paisagísticos do Distrito da Armação. A sua ocupação deu-se a partir da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, núcleo de colonização açoriana, instalado no século XVIII.

Os habitantes do Sertão do Peri (na divisa entre os Distritos do Pântano do Sul e do Ribeirão da Ilha), nas cercanias da Lagoa, vivem extremamente isolados, desenvolvendo atividades rurais em nível de subsistência¹². A instalação muito tardia da energia elétrica no local



Igreja de Nossa Senhora das Necessidades - Santo Antonio de Lisboa



Barra da Lagoa

contribuiu para manter as características tradicionais da comunidade nativa.

Lagoinha do Leste fica entre as praias de Pântano do Sul e do Matadeiro. É pouco habitada devido ao difícil acesso, que pode ser por barco ou a pé, caminhando em torno de 45 minutos por trilhas que sobem um morro acidentado. No caminho, entre clareiras e mata fechada, há pontos de onde se avista o Pântano do Sul e também a Praia da Lagoinha. A Prefeitura Municipal de Florianópolis sancionou a lei nº 3.701 de 7/1/1992 criando o Parque Municipal da Lagoinha do Leste, com o objetivo de salvaguardar a paisagem, a fauna e o manancial daquela localidade.

Distrito do Campeche

O local teve origem num pequeno núcleo rural, cuja sede chamava-se Rio Tavares. As primeiras ocupações devem ter ocorrido nas proximidades da igreja de São Sebastião de Mato de Dentro, também chamada São Sebastião do Rio Tavares. O núcleo original está em expansão, mas ainda conserva o ambiente pacato típico das vilas de pescadores¹³. A implantação do antigo Campo de Pouso induziu a ocupação e estrutura fundiária que foi se localizando ao seu redor, originando dois locais: o Mato de Dentro e o Pontal.

Até o início do século XX, parte do Rio Tavares era costumeiramente navegável, fazendo a conexão das estradas que levavam ao centro da cidade ou à Lagoa da Conceição, por exemplo. A abertura de novas estradas ligando a Costeira do Pirajubaé ao antigo Aeroporto (cerca de 1930) deslocou o eixo de ocupação do Rio Tavares para o Campeche, consolidando essa localidade. Com essa transformação e a criação da comunidade do Campeche, a de Rio Tavares ficou seccionada por aquela, e distribuída uma parte ao Sul (parte da nova estrada) e uma parte ao Norte, confrontando com o Canto da Lagoa.

No Campeche destacam-se, como reservas ecológicas tombadas pelo Município, a Lagoinha da Chica e a Lagoinha Pequena. Situam-se na planície sedimentar do Campeche, barradas no lado leste por uma faixa de dunas fixas que se estende ao longo da praia.

O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis concebeu um projeto completo para a criação do primeiro Parque Tecnológico de porte da Grande Florianópolis na região do Campeche. Essa concepção industrial inovará a paisagem do sul da Ilha, especialmente a do Campeche, buscando vincular alta tecnologia com ecologia,

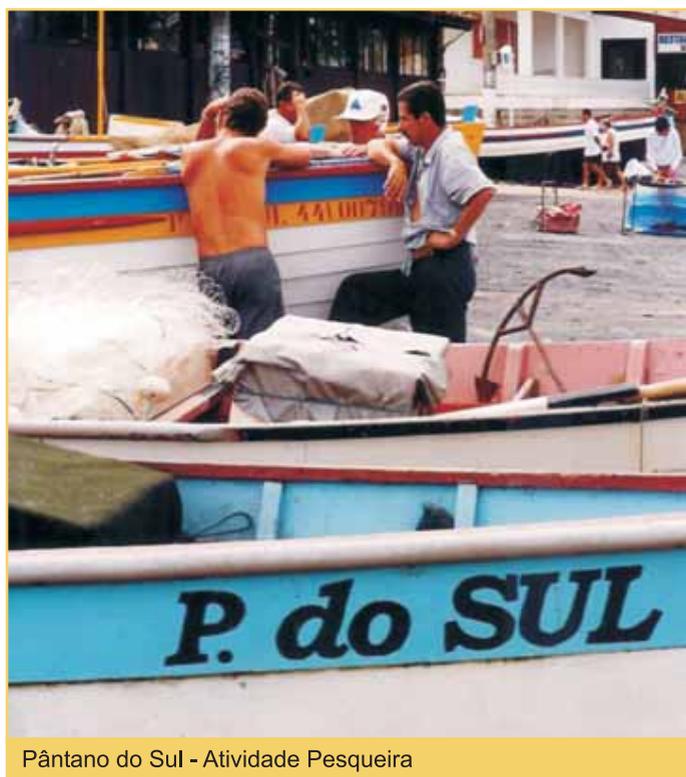
indústria e preservação ambiental, contribuindo para o eco-desenvolvimento dessa região.

Distrito da Barra da Lagoa

Na Barra da Lagoa as oficinas líticas que se destacam nas pedras do canal da Barra indicam a presença humana bem remota.

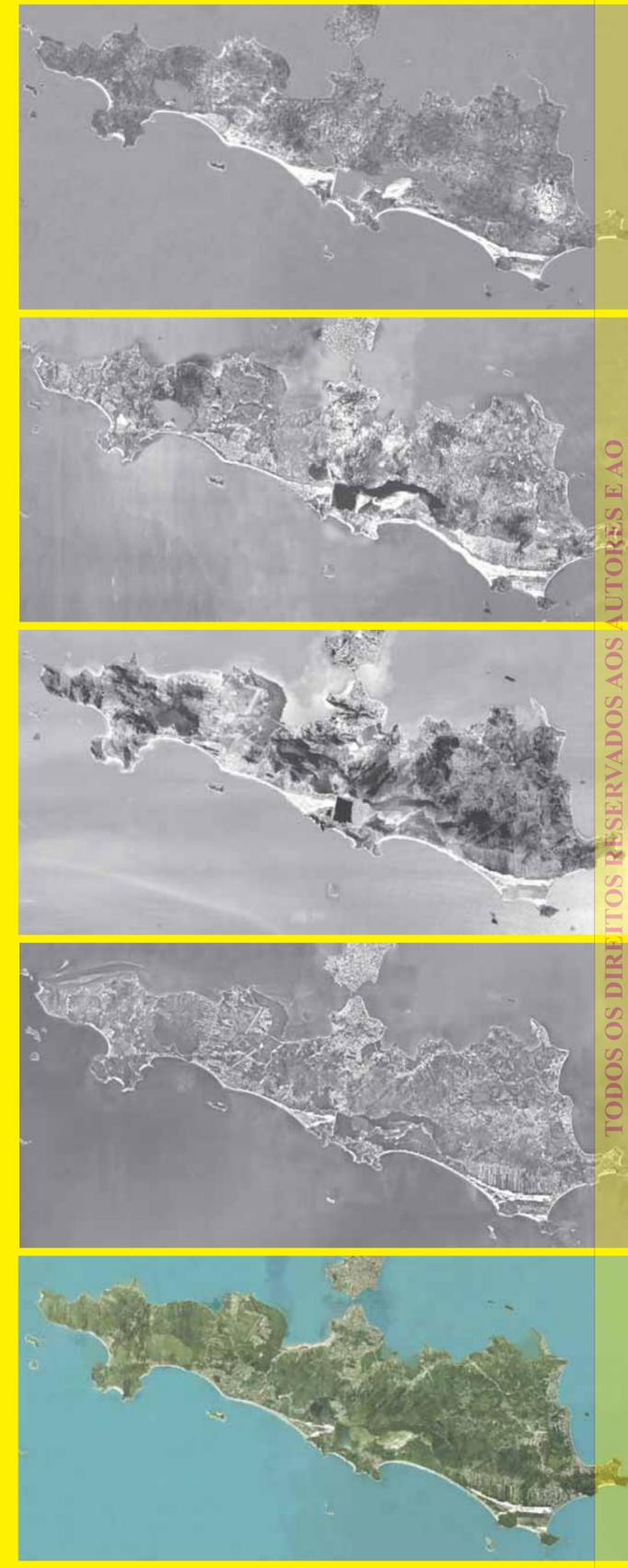
A Barra da Lagoa foi ocupada por imigrantes açorianos, num processo iniciado a partir da Lagoa da Conceição. Concentrou um núcleo centenário de pescadores artesanais ao longo do canal de comunicação da Lagoa com o oceano, sobre o qual foi construída a primeira ponte, em 1847. A atividade da pesca artesanal ainda é bastante forte, gerando abundância de pescado que, também vendido no Distrito Sede, pode ser consumido no local, nos muitos restaurantes e bares especializados nessa gastronomia.

E, em 1983, foi construída uma ponte pensil para pedestres, ligando a praia da Barra a um pequeno recanto. Hoje o lugar, parte importante do complexo turístico da Costa Leste, tem intenso movimento sazonal pela qualidade de suas águas, oferta gastronômica e exuberância da paisagem, especialmente junto ao canal sangrador das águas da Lagoa.

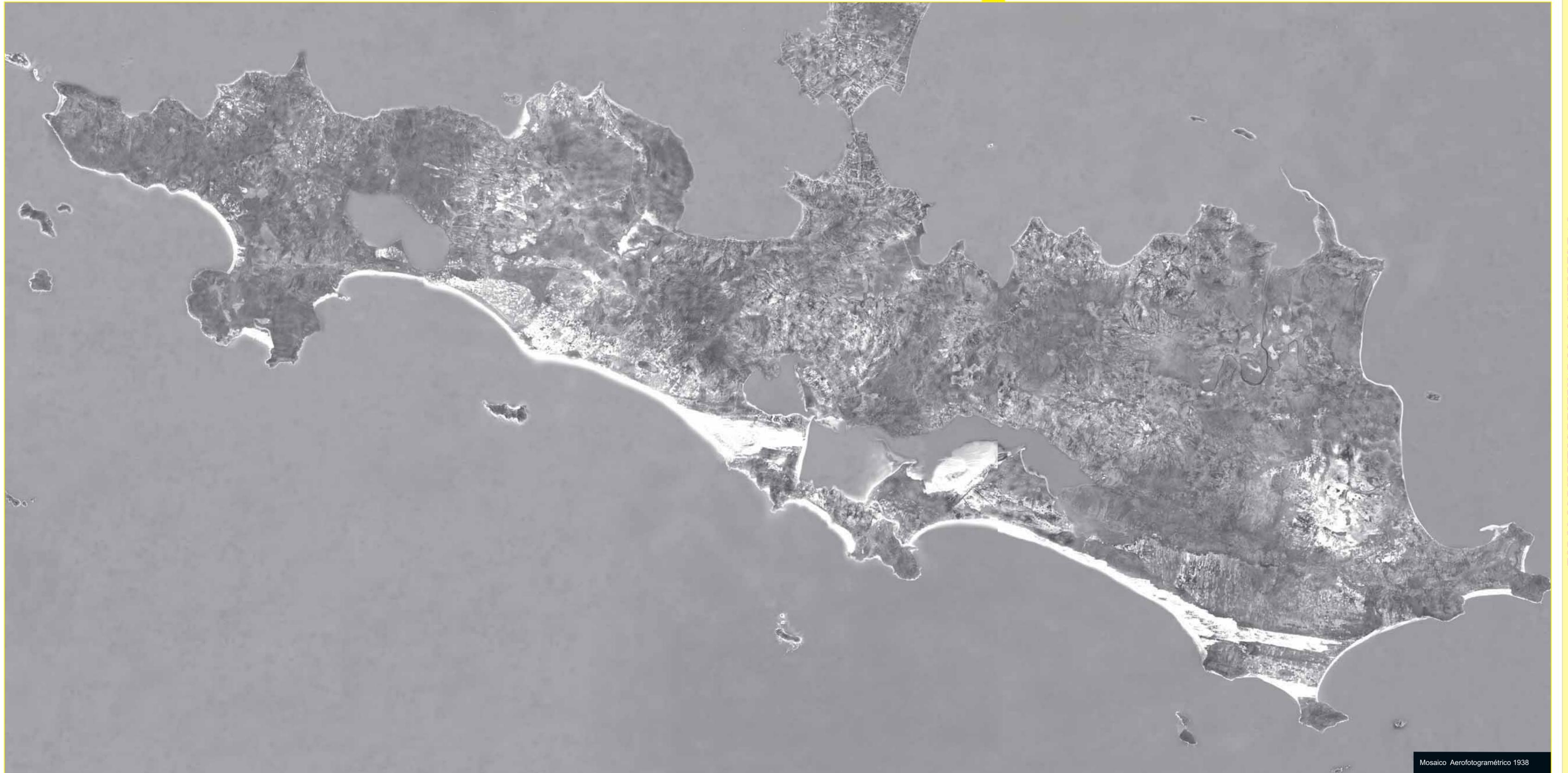


Pântano do Sul - Atividade Pesqueira

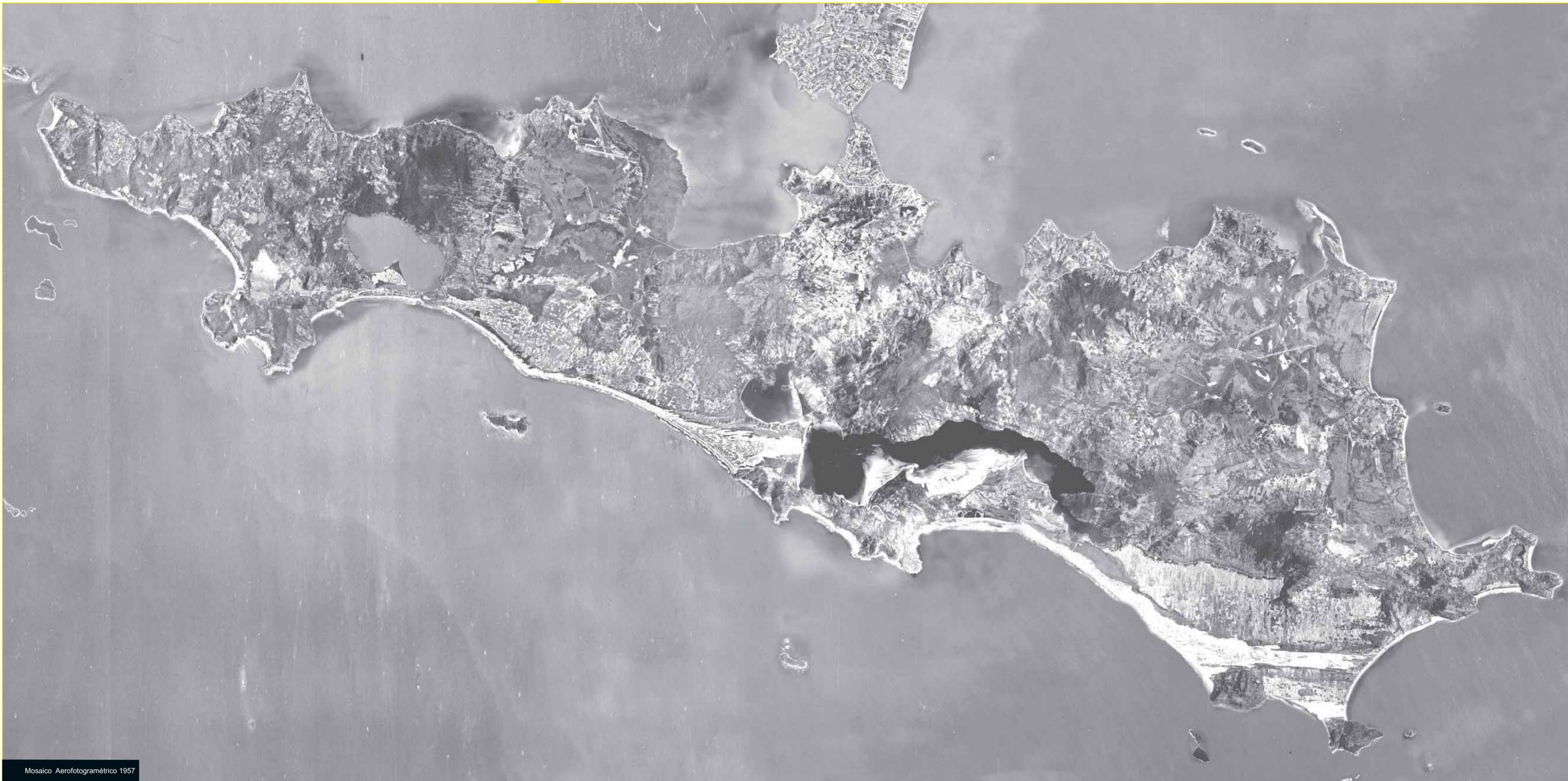
FORMAÇÃO HUMANA



TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES E AO
IPUF INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS



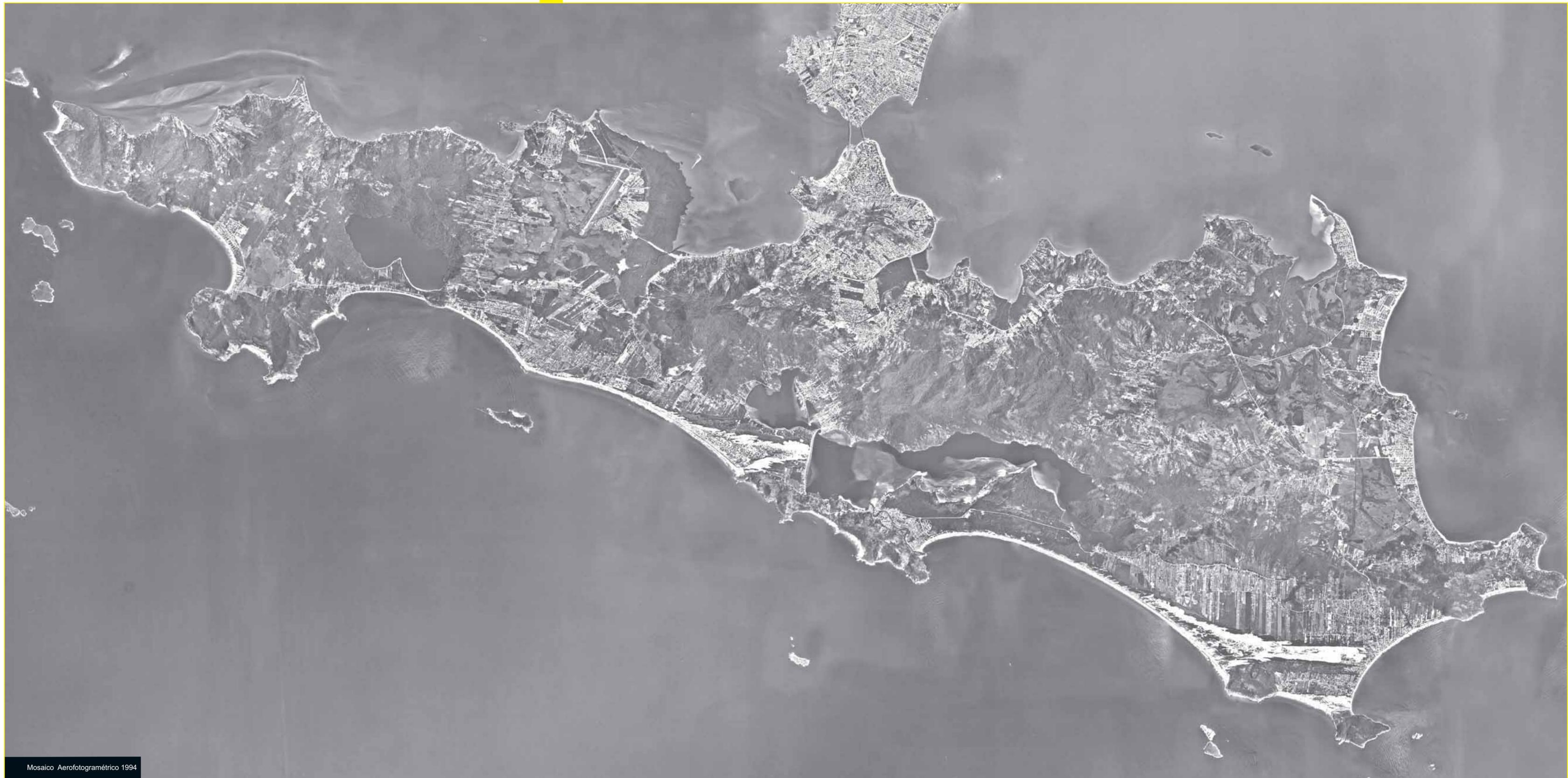
Mosaico Aerofotogramétrico 1938



Mosaico Aerofotogramétrico 1957



Mosaico Aerofotogramétrico 1977



Mosaico Aerofotogramétrico 1994



Mosaico Aerofotogramétrico 2002